Quercus ambiente

Janeiro/Fevereiro 2008 • Ano 5 • n.º27 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

Priolo

Extinção ou sobrevivência?

PM

▶ Páginas 16/17

Entrevista a Bernardo Trindade
Secretário de Estado do Turismo

"O Turismo de Natureza é um dos nossos dez produtos estratégicos"

▶ Página 4

DR

Culturas energéticas e o etanol

Contributo para o cumprimento da directiva dos biocombustíveis

▶ Página 10

DR

Nova Legislação

Resíduos de Construção e Demolição

▶ Página 23

JP

Brisa
FTSE4Good

A NATUREZA É O NOSSO MELHOR DESTINO

E nunca a perdemos de vista, desde que a vimos. A Brisa é e tem sido reconhecida como uma das empresas pioneiras da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. Uma tradição a que nos mantemos fiéis investindo em projectos vitais, sob o compromisso "Brisa pela Biodiversidade". Este compromisso fixa novos desafios para a empresa, que irá promover a conservação das espécies, através do investimento em investigação científica e do apoio a iniciativas de educação, procurando também encontrar melhores soluções para a sua actividade nas auto-estradas.
A Brisa compromete-se a preservar e a sustentar a natureza porque, sem ela, não teríamos para onde ir. É o nosso melhor destino.

ecoBrisa
Investigação e Educação

Balanço ambiental 2007

O pior: Desordenamento do território
O melhor: Menos área ardida

Direcção Nacional da Quercus

Ao longo do ano de 2007 as questões ambientais ganharam algum protagonismo na agenda política e mediática. A reconquista do tema Ambiente ocorreu muito à conta da dimensão que a discussão sobre as alterações climáticas ganhou a nível nacional e internacional e dos temas ambientais que a presidência portuguesa do Conselho Europeu seleccionou.

A Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano 2007, seleccionando os melhores e os piores factos.

Os 5 piores factos ambientais de 2007

► Ordenamento do território de mal a pior

Em 2007 o Governo, a pretexto de pretender simplificar processos e descentralizar, desresponsabilizou-se de garantir a coerência territorial e a protecção dos valores nacionais, deixando por completo nas mãos dos municípios o poder para alterar as regras de ordenamento de acordo com os interesses locais. Desta forma, os planos municipais de ordenamento do território deixam de ser submetidos a ratificação pelo Conselho de Ministros e deixa de ser necessária a existência de uma Comissão Mista de Coordenação para avaliar alterações parciais. Estas alterações implicam que as autarquias poderão alterar como entenderem instrumentos nacionais como a REN e a RAN e fomentar o aumento da incidência da construção no seu território ao sabor da especulação imobiliária.

► Mais projectos na rede natura 2000

O ano 2007 confirmou as intenções do governo em relação à Rede Natura 2000. Os projectos de potencial interesse nacional (PIN) são preferencialmente implementados em áreas sensíveis reservadas à conservação da Natureza. Para além da unidade industrial de engorda de pregado da Pescanova que está a ser construída no sítio da Rede Natura "Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas", estiveram já em discussão pública mais dois Planos de Pormenor para o sítio "Comporta/Galé" no Litoral Alentejano, o que representa a destruição de mais de 130 hectares de habitats prioritários.

Para agravar ainda mais esta situação, a Comissão Europeia já anunciou que está apenas à espera de conhecer as medidas de minimização e compensação relativas à barragem do Baixo Sabor para proceder ao arquivo do respectivo processo contra o Estado português.

► Culturas transgénicas recebem seguro de protecção

Em Novembro o governo publicou o Decreto-Lei 387/2007 que estabelece o Fundo de Compensação destinado a indemnizar danos económicos causados pela produção de milho transgénico. Esta norma funciona, perversamente, como uma protecção para as empresas que vendem as sementes transgénicas e para os produtores que as cultivam. Os lesados nunca poderão obter compensação a não ser nos limites do financiamento disponível, mesmo que o valor real do prejuízo sofrido seja superior. As perdas, na maior parte dos casos, nem sequer são elegíveis para compensação pelo Fundo. Os comerciantes das sementes transgénicas, em contrapartida, apesar de serem os verdadeiros responsáveis pela poluição, apenas contribuem para o Fundo com uma quantia fixa, que pode ser reduzida mas nunca aumentada. Este Decreto-Lei vira às avessas o Princípio do Poluidor Pagador e abre decisivamente o caminho à generalização da contaminação ambiental por organismos geneticamente modificados.

> "A Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano 2007, seleccionando os melhores e os piores factos."

► Rios portugueses com má qualidade

De acordo com o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (www.inag.pt), mais de 44% dos recursos hídricos superficiais monitorizados tem qualidade má ou muito má e cerca de 36% é apenas razoável. Esta situação põe em causa a utilização dos recursos hídricos, principalmente em caso de seca, e decorre das graves deficiências no tratamento de águas residuais.

► Resíduos perigosos de sines ficaram sem solução

As 140 mil toneladas de lamas oleosas de Sines, que estão depositadas num aterro em Santiago do Cacém, continuam sem solução depois do Governo ter excluído, sem uma explicação lógica, todos os concorrentes ao concurso público. Findo o ano 2007 o país continuou assim sem solução para um dos seus maiores passivos ambientais. Curiosamente este concurso revelou que a solução defendida pelo Governo, a co-incineração, custaria ao Estado mais sete milhões de euros do que as outras propostas.

Os 5 melhores factos ambientais de 2007

►Depois de muitos anos com médias sempre acima dos 100 mil hectares, os menos de 20 mil hectares de floresta ardida em 2007 constituem um dos melhores factos ambientais a destacar.

►Novas metas para as energias renováveis subindo de 39% para 45% na energia eléctrica e de 5,75% para 10% nos biocombustíveis até 2010

►Entrou em vigor a 1 de julho de 2007 o sistema de certificação energética e da qualidade do ar interior nos edifícios

►Prémio nobel da paz a Al Gore e painel intergovernamental para as alterações climáticas

►Presidência portuguesa do Conselho Europeu.

Mais informações em: www.quercus.pt

EDITORIAL

2008: o Ano da Terra

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

Acabou de se iniciar o Ano Internacional do Planeta Terra num momento em que as questões ambientais voltaram à ordem do dia e em que a sociedade internacional sente a urgência em encontrar um novo rumo baseado na sustentabilidade. O tempo está a esgotar-se e as oportunidades que temos desperdiçado nas últimas décadas obrigam a que os próximos anos sejam de menos teoria e mais prática.

O ano de 2008 é também o primeiro do período de cumprimento do protocolo de Quioto e será o primeiro embate neste grande desafio que é o combate às emissões de gases com efeito de estufa. Embora as metas de Quioto estejam muito aquém do necessário para evitar as alterações climáticas, cumprir este protocolo tem a importância do primeiro passo numa grande caminhada, sem ele a caminhada não se faz. Em Portugal estamos numa posição difícil para garantir o cumprimento deste protocolo pois apesar de nos ter sido dada a possibilidade de aumentar 27% as nossas emissões, comparativamente às que tínhamos em 1990, já ultrapassamos esse valor em 15% e agora temos de reduzir este excesso. O ano 2008 é portanto um ano crucial para Portugal no que ao cumprimento das metas de Quioto diz respeito pois se iniciarmos este período sem reduzir as emissões pouca esperança restará na nossa capacidade de o fazer nos anos seguintes até 2012.

Mas 2008 poderá ser também um ano de referência noutras questões ambientais que nos afligem, algumas delas com influência directa no nosso desempenho relativo às alterações climáticas. Seria importante vislumbrar ao longo deste ano melhorias significativas na abordagem aos problemas da seca e escassez de água, da produção exagerada de resíduos, do desperdício energético e da dependência do petróleo, da perda de biodiversidade e do desordenamento do território, entre outros.

Algumas melhorias ambientais já estão garantidas para 2008. É o caso das melhorias substanciais na qualidade do ar interior decorrente da proibição de fumar em muitos locais públicos fechados. Na verdade grande parte dos problemas de degradação da qualidade do ar interior decorria do fumo do tabaco cujas causas na saúde pública há muito que são preocupantes. Também a nova lei de microgeração de energia eléctrica, que já foi publicada e deverá ser regulamentada dentro de pouco tempo, poderá trazer um novo folgo à divulgação de pequenos aproveitamentos de energias renováveis, um importante contributo para reduzir a dependência do petróleo e reduzir as emissões poluentes.

O Imposto Sobre Veículos fortalece agora em 2008 uma descriminação positiva sobre os automóveis com emissões de dióxido de carbono mais reduzidas, dando um peso de 60% a esse factor no cálculo do valor a pagar, o que poderá conduzir à escolha de veículos mais amigos do ambiente.

Espero assim que 2008 seja um ano muito positivo para o Ambiente pois sem esperança nenhum ano poderá ser bom.

Entrevista

a *Bernardo Trindade*

Secretário de Estado do Turismo

"O Turismo de Natureza é um dos nossos dez produtos estratégicos"

"A competitividade de Portugal enquanto destino turístico só se manterá a médio e longo prazo se integrarmos efectivamente a sustentabilidade e a preservação dos recursos, quer nas nossas políticas, quer na apreciação dos projectos de investimento. Evita, contudo, as questões polémicas que se têm gerado em torno dos PIN."

DR

Sofia Vilarigues

Quais as principais apostas do PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo?

O PENT constitui um plano transversal e multidisciplinar a dez anos que visa a mobilização de esforços e sinergias com o objectivo de tornar Portugal um dos destinos com maior crescimento na Europa, mas com um crescimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na modernização empresarial e das entidades públicas.

Encontra-se estruturado em cinco eixos estratégicos reflectidos em 11 linhas de intervenção. As metas do PENT são ambiciosas, mas perfeitamente exequíveis. Definimos um crescimento médio anual de 5% para o número de turistas e de 9% para volume de receitas. Queremos que, em 2015, o Turismo represente 15% do PIB e 15% do emprego, ultrapassando, nessa data, os 15 mil milhões de euros de receitas.

O PIT – Programa de Intervenção para o Turismo consagra que tipo de oferta turística e em que pólos regionais?

O PIT é um instrumento de apoio financeiro ao investimento público com âmbito nacional e uma dotação de 100 milhões de euros e destina-se, prioritariamente, a projectos que tenham por objectivo a requalificação dos destinos, a dinamização dos novos pólos e o desenvolvimento dos produtos turísticos estratégicos.

É também importante investir no turismo no interior do país?

Não só importante, como determinante. O Turismo é um dos factores essenciais para o desenvolvimento do interior. Não esqueçamos que se trata de uma das actividades com maior potencial de crescimento e capacidade de gerar emprego. Por outro lado, é um sector que mantém uma interacção com a sociedade e a envolvente ambiental em múltiplos aspectos, induzindo investimento público e privado numa lógica transversal.

O que está a ser feito nesse sentido?

Queremos ter uma oferta turística diversificada, que vá ao encontro de uma procura cada vez mais exigente. Os produtos estratégicos que definimos no PENT incluem-se nesta estratégia de diversificação da oferta, envolvendo todo o país na actividade turística. Gastronomia e Vinhos, Saúde e

Bem-estar, Turismo de Natureza, Touring Cultural e Paisagístico, Resorts Integrados e Turismo Residencial são exemplo da globalidade estratégica e territorial do PENT. Pelas suas características e natureza, o desenvolvimento de alguns destes produtos obterá melhores resultados em áreas menos desenvolvidas e exploradas.

Pode dar exemplos?

No PENT encontram-se definidos os novos pólos de desenvolvimento turístico (Região Oeste, Litoral Alentejano, Alqueva, Serra da Estrela, Douro, Açores e Porto Santo) que têm merecido a atenção e confiança dos investidores. Os projectos que têm surgido para estas áreas são significativos, quer em termos de volume de investimento, quer em termos de criação de postos de trabalho e comprovam a vocação do Turismo para novas formas de desenvolvimento, inclusivamente em zonas tradicionalmente deprimidas. Não esqueçamos que, para alguns destes novos destinos, o turismo é praticamente a única via de desenvolvimento económico, possibilitando a fixação das populações, em particular dos mais jovens, e o seu crescente bem-estar. Por outro lado, estamos a alargar a rede escolar de formação em turismo e hotelaria de modo a assegurar uma cobertura total do país e garantir aos nossos jovens formação profissional de elevada qualidade para que o crescimento do Turismo em Portugal, em particular nos novos pólos, esteja associado a um padrão de excelência dos serviços.

Considera que deveriam ser estabelecidas regras, com parâmetros definidos, para o turismo de Natureza em Portugal?

O Turismo de Natureza é um dos nossos dez produtos estratégicos. 21% do território nacional é constituído por áreas protegidas. O modelo de desenvolvimento que o Governo definiu assenta na qualidade da oferta, num respeito integral pela preservação dos recursos naturais e patrimoniais, com uma gestão criteriosa do território. Ou seja: queremos promover a potencialidade de Portugal, neste domínio, sem sacrificar a preservação das áreas protegidas, até porque é nessa preservação que reside e residirá a nossa vantagem competitiva. Por outro lado, existem suficientes argumentos e exemplos internacionais e nacionais que demonstram que, devidamente regulada, a utilização turística pode contribuir significativamente para gerar recursos económicos que assegurem a conservação e manutenção destes espaços naturais.

As ONGA's deveriam contribuir para essa definição de regras? De que modo?

As Organizações Não-Governamentais na área do ambiente participam já activamente, quer quando funcionam como grupo de pressão, quer nas discussões públicas dos diversos planos de ordenamento e de pormenor com as suas sugestões.

O estatuto de projecto de Potencial Interesse Nacional, com ou sem declarações de Interesse Público, tem sido atribuído em excesso?

O conceito PIN foi criado em 2005 com o objectivo de acompanhar com a devida proximidade a concretização de projectos de investimento que, pelas suas características, com base em critérios objectivos fossem considerados estruturantes no desenvolvimento da economia nacional, procurando dar respostas céleres aos promotores, evitando a excessiva burocratização de decisões. Para este efeito foi criada a Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos PIN constituída pela Agência Portuguesa para o Investimento (agora AICEP), que coordena, a Direcção-Geral da Empresa, o Turismo de Portugal, a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, o Instituto do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza. Todas estas entidades participam na atribuição do estatuto de PIN. Esta atribuição obedece, assim, não só a um conjunto de critérios, como também aos pareceres das diversas entidades envolvidas.

DR

Como avalia os procedimentos de aprovação dos loteamentos dos projectos turístico-imobiliários de Costa Terra e da Herdade do Pinheirinho?

Tanto a aprovação do projecto da Costa Terra como o da Herdade do Pinheirinho seguiram todos os procedimentos legalmente exigidos. Isto é, foram objecto de Planos de Pormenor, elaborados de acordo com o PROTALI, sendo ainda sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental.

Como comenta o parecer do Ministério Público no âmbito do processo judicial que a Quercus e o GEOTA instauraram contra a atribuição de interesse público ao projecto de Loteamento Costa Terra na Rede Natura 2000, que levanta questões que põem em causa os procedimentos adoptados por parte do Governo?

O parecer do Ministério Público foi no sentido de requerer ao Instituto de Conservação da Natureza a elaboração de um parecer complementar para esclarecimento da conclusão do parecer emitido no âmbito da Avaliação de Impacto Ambiental. Estando o processo judicial em curso, é nessa sede que deve ser analisado.

As obras do loteamento turístico-imobiliário da Herdade de Vagem Fresca, Benavente, que não foram submetidas à obrigatória Avaliação de Impacte Ambiental, na sua perspectiva deverão avançar?

Essas matérias são acompanhadas pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que é a entidade competente as avaliar.

Os aldeamentos turísticos previstos no Plano de Pormenor do Parque Alqueva – cujo prazo de discussão pública terminou recentemente – deverão ser reajustados tendo em conta os impactes ambientais em causa (já que as medidas de minimização previstas afiguram-se insuficientes)?

O Alqueva é um dos novos pólos de desenvolvimento turístico e, nessa qualidade, é fundamental para combater as assimetrias regionais e para a fixação da população, contribuindo para uma maior coesão social, pelo efectivo investimento que representa numa das regiões mais desfavorecidas de Portugal. É nossa vontade, e estou seguro que também é essa a vontade dos promotores, que os projectos previstos para o Alqueva sejam ambientalmente exemplares.

Para o novo aeroporto de Lisboa devem ser contempladas, em análise comparativa, alternativas (Portela + 1, Alcochete, Ota, ...) que avaliem impactes quer ambientais quer no turismo?

Repare que hoje já não se discute a necessidade de um novo aeroporto mas sim a sua localização. O Aeroporto de Lisboa tem registado elevadas taxas de crescimento. Nos últimos dois anos, este crescimento situou-se nos dois dígitos, o que é economicamente muito interessante para o país. Todavia, e dadas as próprias limitações de capacidade do aeroporto, o grande afluxo de passageiros em determinados horários causa constrangimentos vários a quem o utiliza, originando uma má imagem do país junto de quem nos visita. Por isso, enquanto não estiver construído o novo aeroporto da cidade de Lisboa, o Governo continuará a investir na Portela de modo a garantir a sua operacionalidade. A construção do novo Aeroporto de Lisboa vai dar resposta ao crescimento estimado para os fluxos de entradas e saídas e permitir-nos-á, sem dúvida, prestar um melhor serviço aos passageiros, quer nacionais, quer estrangeiros, para além de facultar à TAP uma melhor exploração do "hub" de Lisboa. Quanto aos estudos de impacte ambiental, é evidente que uma obra desta dimensão e natureza os exige, daí que várias hipóteses tenham sido e estejam a ser analisadas.

A Quercus, no Dia Mundial do Turismo, alertou para a situação de abandono do Parque de Campismo da Praia Grande, Sintra. O que poderia ser feito, na sua opinião?

Ao longo do seu historial foram já diversos os pareceres desfavoráveis emitidos pela então DGT ao Parque de Campismo da Praia Grande. Ao que sabemos o parque encontra-se encerrado desde 2005 devido às suas más condições, pelo que a solução ideal passa necessariamente pela realização das obras necessárias à sua requalificação.

Há alguns exemplos de projectos turísticos que considere de destacar como referências de turismo sustentável?

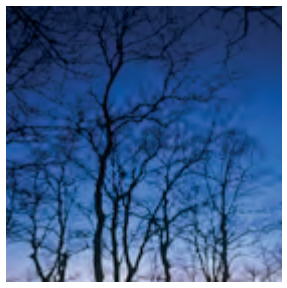
Ainda muito recentemente Portugal recebeu o VI Forúm Europeu de Turismo no Pavilhão do Arade, no Algarve, subordinado ao tema "Gestão Sustentável dos Destinos Turísticos". A conservação do património natural e cultural, a gestão dos resíduos e recursos bem como a responsabilidade das empresas na prossecução de uma gestão sustentável são hoje matérias incontornáveis para os governos europeus e para os próprios empresários que estão cada vez mais sensibilizados para estes assuntos. Aliás, os próprios turistas têm cada vez maior consciência desta necessidade de sustentabilidade e são, sem dúvida, cada vez mais exigentes nestas matérias, evoluindo para uma percepção de que um destino preocupado com o seu património e com o bem-estar da sua população, é um destino preocupado com o bem-estar dos turistas que o visitam. A competitividade de Portugal enquanto destino turístico só se manterá a médio e longo prazo se integrarmos efectivamente a sustentabilidade e a preservação dos recursos, quer nas nossas políticas, quer na apreciação dos projectos de investimento.

Os novos projectos turísticos em desenvolvimento em Portugal estão já todos alicerçados nesta óptica, sendo, aliás, no caso dos projectos PIN, condição essencial para este estatuto a respectiva sustentabilidade ambiental.

PROGRAMA
CUIDAR DAS PARTES COMUNS:
Criar Bosques, Conservar a Biodiversidade

Qual é o compromisso Quercus 2008-2012?

- Atingir um mínimo de **1 000 000 de árvores** autóctones plantadas e cuidadas
- Conseguir o **sequestro de 5 000 toneladas de CO_2** ao fim de 5 anos
- Criar **100 novas reservas biológicas** / Fracções do Condomínio da Terra
- Garantir **capacidade para 2000 animais** nos Centros de Recuperação
- Preservar **6 espécies em extinção**
- Proteger **50 hectares de zonas húmidas**
- Restaurar **10 Km de rios e ribeiras**
- Internacionalizar o **conceito de Condomínio da Terra**
- Atingir os **250 Condóminos da Terra** que cuidem connosco das partes comuns
- Produzir um **documentário sobre o conceito** e a aplicação do programa



NOS PRÓXIMOS NÚMEROS DESTE JORNAL SERÃO APRESENTADOS OS PROJECTOS QUE CONSTAM DESTE PROGRAMA

saiba mais em *www.earth-condominium.com*

Notícias

texto José Paulo Martins fotos Paulo Magalhães

Rede de micro-reservas

Nova micro-reserva na região de Beja

Nova micro-reserva em perspectiva. Na região de Beja estamos em negociações com vista aquisição de um espaço rico em flora onde podemos encontrar mais de uma centenas de espécies, algumas delas raras e de grande importância no contexto regional e nacional. Para além dos aspectos de conservação, este espaço poderá ser ao nível regional um local com interesse para a divulgação da flora para o público.

Peninha - Sintra/Cascais

Decorreram ao longo de 15 dias do Novembro trabalhos de limpeza de exóticas na área desta micro-reserva, no Parque Natural de Sintra-Cascais. Foram cortadas centenas de acácias, algumas de grande porte, e foi preparada uma área para expansão de carvalho-negral. Em sequência disto, decorreu a 23 de Novembro – Dia da Floresta Autóctone - uma acção de florestação de 400 exemplares de carvalho-negral *Quercus pyrenaica*, que contou com a presença de representantes de diversas entidades.

Tejo Internacional

Reservas Biológicas do Tejo Internacional (Monte Barata e Cubeira/Pinhelva e Alares/ Fonte Santa)

A partir de um protocolo com a BRISA - Auto-estradas de Portugal SA, a Quercus vai desenvolver um projecto "Biodiversidade para o Tejo Internacional 2008-2012", com vista ao desenvolvimento de acções de preservação e fomento da biodiversidade nas áreas da reservas biológicas que são propriedade da nossa associação.
As acções programadas, e às quais daremos destaque em futura edição, incidirão sobre a área da florestação e adensamento com espécies autóctones, fomento de espécies-presa, intervenções sobre as linhas de água e criação de charcas, marcação de limites e entradas, melhoria das condições de acolhimento nas instalações do Monte Barata, construção de observatórios para a fauna, marcação de trilhos de descoberta da natureza, entre muitas outras acções.
No Monte Barata temos agora um colaborador permanente através de um estágio profissional, com o apoio do IEFP. Iniciámos já a vedação de uma área de 9 hectares destinada a acções de florestação, dando seguimento a um protocolo já assinado com a empresa Leaseplan. Numa outra área, com o apoio dos CTT – Correios de Portugal, estamos a efectuar um ensaio com utilização de estruturas individuais de protecção a árvores, para avaliar a sua eficácia relativamente ao javalis e a veados, de modo a podermos estender a sua utilização a outras áreas de adensamernto do montado aonde não sejam instaladas vedações.

Programa "Cuidar das Partes Comuns: criar bosques, conservar a biodiversidade"

Neste ano de 2008, Ano Internacional do Planeta Terra, estamos a apresentar às empresas um conjunto de iniciativas que visam demonstrar a aplicação prática do conceito de Condomínio da Terra. Destacam-se deste programa um conjunto de metas por nós fixadas e sobre quais pretendemos dar informação detalhada em próximos números do Quercus Ambiente:

- 1 milhão de árvores plantadas e cuidadas
- Sequestro de 15 000 toneladas anuais de CO_2 ao fim de 30 anos
- Criar 100 novas reservas biológicas
- Proteger 6 espécies em vias de extinção
- Cuidar de 2 000 animais nos centros de recuperação
- Proteger 50 hectares de zonas húmidas
- Restaurar 10 Km de rios e ribeiras
- Internacionalizar o conceito de Condomínio da Terra

Para mais informações consulte o sítio: www.earth-condominium.com

Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação.

http://e-loja.quercus.pt

Corço

Abutre do Egipto

Apoie o Fundo Quercus para a Conservação da Natureza!

O ***Fundo Quercus para a Conservação da Natureza*** visa o desenvolvimento de actividades que garantam a angariação de fundos para a criação de uma rede de micro-reservas biológicas para a preservação de habitates e espécies consideradas raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.

- Para donativos, envie para a seguinte morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA**
- Para transferência bancária o NIB é o seguinte: CGD **003501470004737433010**
- Para informações sobre o projecto: **Telefone/Fax 284 321 326** **e-mail: fcnatureza@quercus.pt**

Atitudes

Compostagem na sua horta

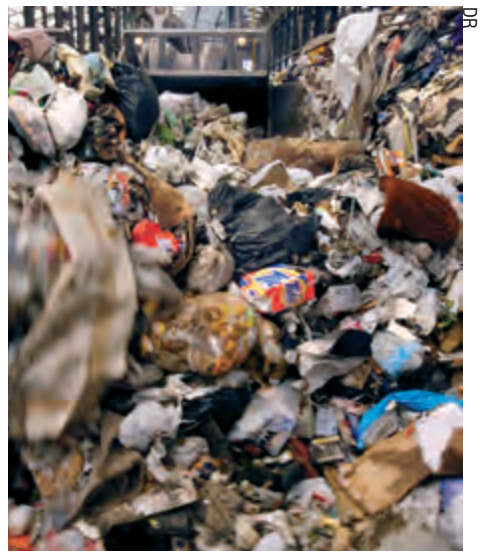
A compostagem inicia-se com a separação, em casa, de restos de comida, folhas, cascas de fruta, legumes e verduras, e outros restos orgânicos.

HELDER SPÍNOLA

Jornal Quercus Ambiente

Grande parte do lixo produzido é constituído por matéria orgânica, pelo que esta é uma fracção dos resíduos sólidos urbanos que deve merecer uma atenção especial. Perseguindo os objectivos que têm vindo a ser traçados no âmbito da gestão dos resíduos, é importante promover a redução, reutilização e reciclagem ao nível da matéria orgânica. Se para a reciclagem de papel, vidro, metais e outros materiais estamos dependentes do empenho das entidades públicas e privadas para a concretização dos mecanismos necessários à recolha selectiva e reciclagem, no que diz respeito à matéria orgânica poderemos, nós próprios, proceder à sua reciclagem. Para isso basta alguns conhecimentos, boa vontade e um espaço disponível na horta ou no jardim para proceder ao processo de compostagem.

Nas estações de tratamento para onde são encaminhados os resíduos sólidos urbanos, o controlo do processo apresenta por vezes dificuldades, tanto maiores quanto maiores forem as instalações, visto ser necessário coordenar factores como a temperatura, humidade, pH e arejamento



DR

Transformar restos orgânicos em terra vegetal

A compostagem não é nada mais que um processo biológico que transforma todos os materiais orgânicos em terra vegetal. Assim, neste processo estão envolvidos diversos seres vivos como minhocas, insectos, fungos, bactérias e outros microorganismos, juntamente com a atmosfera e a mãe natureza. Um entendimento entre a natureza e os seres vivos faz com que toda a matéria orgânica seja transformada num produto que pode ser utilizado como adubo natural na sua horta ou jardim.

A compostagem inicia-se com a separação, em casa, de restos de comida, folhas, cascas de fruta, legumes e verduras, e outros restos orgânicos. De seguida pode optar por colocá-los directamente no seu compostor ou então acumulá-los previamente num recipiente antes de o levar para o compostor. No entanto, nunca deve misturar outros materiais (plásticos, papel, pilhas, latas e outros) juntamente com os orgânicos, visto que viria afectar o processo de compostagem e o produto final.

A deposição no compostor deve ser feita sempre em camadas e nunca misturando com outros materiais já lá depositados. Durante o processo é necessário haver um controlo da humidade e temperatura e garantia da existência de oxigénio nos espaços entre as partículas de matéria orgânica.

Adubo rico e natural

Passadas algumas semanas pode começar por retirar a terra vegetal que se encontra já no fundo e que apresenta uma cor acastanhada. Agora já pode utilizar este adubo muito rico e sem receio de contaminação dos alimentos ou das plantas, visto estes não apresentarem qualquer tipo de químicos.

Como fazer um compostor

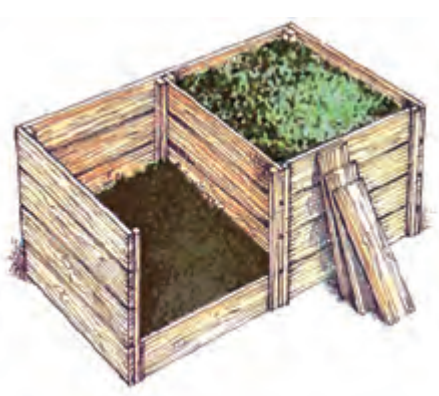
Para fazer um compostor, se não quiser optar por comprar um, em sua casa, na horta ou no jardim, tem de ter em conta que este deve estar próximo da sua residência visto que terá de se deslocar até ele todos os dias. O passo seguinte é iniciar a sua construção, com algumas ripas deve fazer um quadrado, deixando sempre algum espaço entre elas. Este não deve ter nem cobertura nem fundo. Um dos lados do compostor deve ser removível afim de facilitar mais tarde a remoção da terra vegetal.

Depois de construído deve-se colocar uma primeira camada constituída por ramos, de modo a haver arejamento entre eles. Após este processo de construção deve iniciar então a compostagem dos materiais orgânicos e assim criar você mesmo o seu adubo para o jardim ou horta.

Estações de Compostagem

A compostagem pode ser feita em estações de tratamento, para onde são encaminhados os resíduos sólidos urbanos. Neste tipo de instalações, o controlo do processo apresenta por vezes dificuldades, tanto maiores quanto maiores forem as instalações, visto ser necessário coordenar factores como a temperatura, humidade, pH e arejamento. As dificuldades tornam-se ainda maiores quando a matéria orgânica é recolhida juntamente com os restantes resíduos, uma vez que, nesse acaso, se torna praticamente impossível remover totalmente determinados componentes que podem ser tóxicos para a fauna microbiana (resíduos domésticos perigosos, como restos de tintas, medicamentos, lâmpadas fluorescentes, etc.) e materiais não biodegradáveis (vidro, plásticos, metais, etc.). Por este motivo, há todo o interesse em que os sistemas de recolha separem, à partida, uma parte significativa dos materiais que não são fermentáveis.

“Com algumas ripas deve fazer um quadrado, deixando sempre algum espaço entre elas. Este não deve ter nem cobertura nem fundo. Um dos lados do compostor deve ser removível afim de facilitar mais tarde a remoção da terra vegetal”



O petróleo está mesmo a acabar?

Ouvem-se muitos rumores de que o petróleo está a acabar. Outros dizem que não, que ainda está aí por muitas décadas, que ainda há muito por petróleo por descobrir. Onde está a verdade no meio disto tudo?

Manuel Trindade

HELDER SPÍNOLA

Há muitas teorias sobre o "pico" da produção de petróleo e o seu fim anunciado, mas os melhores peritos calculam que ainda não usámos um terço das reservas mundiais. O que todos parecem estar de acordo é que não mais haverá petróleo barato. Com a maturidade dos campos existentes torna-se mais difícil e caro explorá-los. Para além disso as novas descobertas são ou em zonas muito profundas (como em Angola, ou no campo descoberto pela Chevron no Golfo do México), ou de muito difícil acesso. A esmagadora maioria das áreas de fácil acesso e exploração já foram descobertas. Pode haver ainda muito petróleo por descobrir, mas e se estiver todo em zonas de onde a extracção for cara demais? O tempo do petróleo que jorrava à flor da terra já lá vai.

Na Europa, apenas o Reino Unido e alguns países nórdicos exploram reservas de petróleo e gás natural no Mar do Norte. As grandes reservas de petróleo e gás natural mundiais encontram-se, principalmente na posse de um pequeno grupo de países no Médio Oriente e no continente Sul-americano. Isto não foi um problema real enquanto as potências europeias mantiveram a posse de colónias em diversas áreas do globo. Tendo acesso privilegiado a estas matérias, o preço destes bens era notoriamente reduzido. A partir da década de setenta, tudo se alterou após o processo de descolonização e com os choques petrolíferos de 1973 e 1979. Desde então o consumo e preço destes combustíveis fósseis têm vindo a aumentar muito, não só devido ao aumento do tráfego internacional de pessoas e mercadorias mas também às cada vez maiores necessidades energéticas dos países, no seu processo de crescimento.

Como podemos ver no gráfico seguinte, Portugal é dos países da Europa com maior dependência energética externa (83,5% em 2003), não só devido à sua estrutura económica, mas também devido ao facto de não ter fontes de combustíveis fósseis de exploração económica viável. Este não foi, durante muitas décadas, considerado um facto de relevância para a estabilidade do país. Contudo, desde 2002, com um aumento expressivo do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, este tem-se tornado um tema de debate para encontrar soluções, pois o seu impacto em toda a estrutura económica é significativo.

Dependência Energética do Exterior em 2003

Actualmente as importações de petróleo equivalem a mais de cinco por cento do PIB nacional enquanto que há uma década atrás representavam apenas dois por cento, diz a Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE). Este aumento, preocupante, deve-se a dois factores: um aumento significativo do preço do barril de petróleo e a um aumento do consumo, impulsionado pela maior circulação de mercadorias por vias viárias, nomeadamente o comércio com a UE que se tem vindo a intensificar desde 1986.

Em 1946, o preço do barril de petróleo, ajustado à inflação, era de pouco mais de dezasseis dólares. A média parcial de 2006 já é de mais de sessenta dólares, tendo só atingido valores semelhantes aos actuais durante o crash petrolífero de 1979/80. O preço de venda do barril de petróleo manteve-se relativamente estável em valores abaixo dos trinta dólares por barril, exceptuando na crise de 1990, em que atingiu os trinta e cinco dólares. Contudo, desde 2004, o preço do petróleo nos mercados internacionais "disparou", tendo estado consistentemente acima dos quarenta dólares o barril e atingido máximos históricos, mês após mês, tendo já chegado várias vezes aos setenta dólares. Muitos dizem que é devido à guerra no Iraque e à instabilidade no Médio Oriente e que os preços irão baixar outra vez, mas o que é certo é que o seu aumento tem feito subir os mais variados preços, desde bens de consumo corrente ou industrial até viagens de avião e de outros transportes. Muitos produtos finais têm visto os seus custos de produção aumentar, pois necessitam de petróleo ou derivados para o seu fabrico.

A taxa de descoberta de novos poços tem sido sistematicamente inferior à taxa de produção nos últimos vinte e cinco anos, sem sinais de mudança. A dura realidade da situação do petróleo hoje em dia é que os preços vão continuar a aumentar, mesmo que haja quebras ocasionais. Embora o preço do petróleo tenha diminuído nos últimos meses de 2006, ele quase que triplicou entre 2003 e 2006.

Actualmente o mundo consome aproximadamente oitenta e cinco milhões de barris de petróleo por dia, sendo que só os EUA consomem vinte e dois. A Agência Internacional de Energia (IEA) calcula que a procura aumente para mais de noventa e três milhões de barris por dia em 2011.

A dependência do petróleo de nações politicamente conflituosas e com governos instáveis, principalmente no Médio Oriente e América Latina, é muito preocupante. Uma guerra ou revolução num país desta zona, o que historicamente tem sido bastante frequente, pode facilmente levar o preço do petróleo a novos máximos históricos.

Há vários prospectos de exploração do chamado petróleo não convencional, areias ou xistos betuminosos, cujas reservas quase equivalem às de petróleo "convencional". Estes apresentam, contudo, custos de extracção mais elevados do que o petróleo convencional. A Venezuela e o Canadá são os países que têm mais reservas destas matérias-primas.

Os impactos de subidas nos preços do petróleo não se repercutem apenas na balança comercial mas também no índice de preços em geral, afectando assim indicadores macroeconómicos, como o consumo privado e as políticas em algumas áreas cruciais.

Os hidrocarbonetos são utilizados como matérias-primas para mais de quinhentos mil produtos diferentes: fertilizantes, medicamentos, plásticos, isolamentos, computadores, asfalto, toners, tintas, colas, solventes, anti-sépticos, bolas de golfe, CDs, sacos do lixo, verniz, detergentes e pastilhas elásticas, para só enumerar alguns.

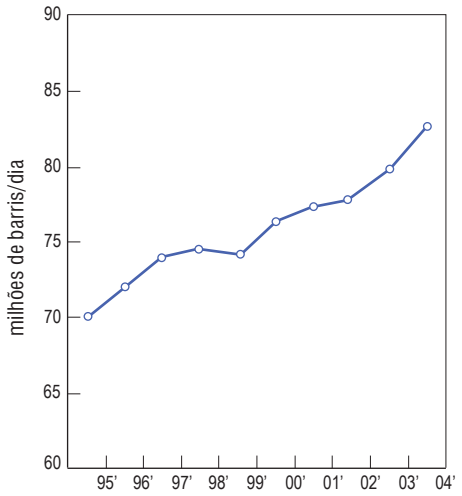
Portugal apresenta-se numa posição muito frágil face a choques externos no preço dos combustíveis fósseis nos mercados internacionais. Esta situação pode ser remediada através de uma política clara de substituição e diversificação de fontes energéticas, quer na produção de electricidade quer no sector dos transportes. Este último é responsável por cerca de quarenta por cento do consumo total de petróleo. As questões da estabilidade, sustentabilidade e auto-suficiência apresentam-se como argumentos chave para a mudança de norma energética.

Os principais países podem ser divididos em três categorias, de acordo com a sua capacidade

Países que ultrapassaram o pico de produção	Países com possibilidade de expandir a capacidade de	Países cuja capacidade é discutível
Austrália	Argélia	China
Colômbia	Angola	Índia
Egipto	Brasil	México
Indonésia	Chad	Noruega
Irão	Equador	Rússia
Iraque	Guiné Equatorial	Arábia Suadita
Kuwait	Malásia	
Líbia	Qatar	
Oman	Sudão	
Síria	EAU	
UK		
EUA		
Venezuela		
Yemen		

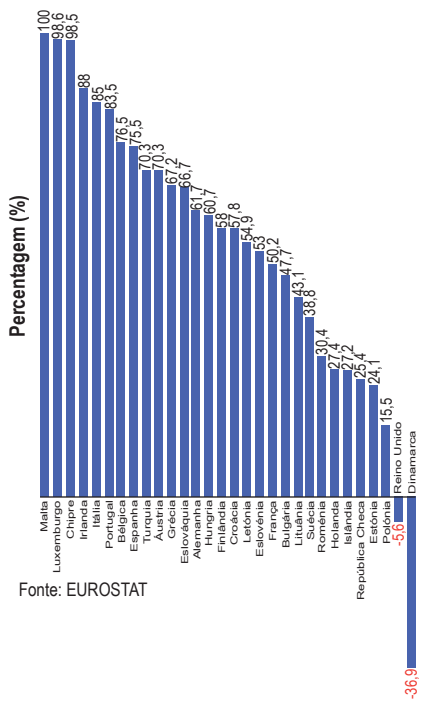
Fonte: 1998. World Resources 1998-99: Environmental change and human health. Uma publicação conjunta do Instituto de Recursos Mundiais, o Programa Ambiental das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial.

Procura global de petróleo



Fonte: Agência Internacional de Energia

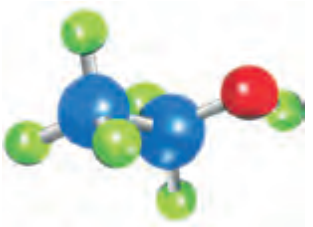
Dependência energética do exterior



Fonte: EUROSTAT

Em Foco

Culturas energéticas e o etanol



Contributo para o cumprimento da directiva dos biocombustíveis

A comissão europeia lançou uma directiva relativa à promoção da utilização de biocombustíveis – Directiva 2003/30/CE. A directiva aponta como meta para colocação de biocombustíveis no mercado de cada Estado membro, calculada com base no teor energético, o valor de referência de 2% de toda a gasolina e de todo o gasóleo utilizados para efeitos de transporte, colocados no mercado em 2005, e o valor de referência de 5,75%, em 2010. Em 21 de Março de 2006, o Governo português transpôs a directiva para o Decreto-Lei n.º 62/2006.

Tiago Mateus

Os biocombustíveis mais utilizados são o bioetanol – em substituição de gasolina e o biodiesel – em substituição de gasóleo.

Como resposta aos objectivos nacionais, poderá o biocombustível ser um recurso endógeno, mediante a sua obtenção através do cultivo de culturas energéticas unicamente em território nacional? Ou o país estará sujeito a uma nova dependência do exterior?

É de elevada importância a confirmação do elevado potencial dos biocombustíveis líquidos, nomeadamente do bioetanol, pois, o lançamento duma ofensiva empresarial para o seu aproveitamento poderá trazer impactos positivos na economia portuguesa pelo conjunto importante de diversas vantagens no seu desenvolvimento.

Consumo energético nos transportes

O transporte é um sector que regista elevado consumo energético (figura 1).

O sector é gravemente dependente do petróleo, que representa 98% do consumo energético (figura 2). Por esse motivo, a estratégia de incorporação de biocombustíveis líquidos reveste-se de importância fundamental no alívio do elevado peso da dependência energética do país. Mas tal situação só será possível caso a produção de biocombustível seja dentro do território e se realmente se demonstrar que é Energia positiva (isto é, ao longo do ciclo de vida, a energia gasta desde dos fertilizantes consumidos na cultura energética até à restante energia para obtenção do produto final – biocombustível – seja inferior à energia que dele retiramos) – caso que tem gerado alguma controvérsia, sem ainda ser possível tecer considerações gerais nesse sentido.

A gasolina representa 29% do consumo energético no sector dos transportes. Porém, por análise do histograma do seu consumo (dados DGGE) verifica-se a redução média do seu consumo em 2,4% ao ano (valores de

Culturas energéticas	Regiões de produção (m3 de bioetanol)								
	Entre Douro e Minho	Trás-os-Montes	Beira Litoral	Beira Interior	Ribatejo e Oeste	Alentejo	Algarve	Regiões Autónomas	Portugal
Trigo	30	7.016	873	989	11.924	114.427	1.272	33	136.565
Cevada	2	94	30	28	1.088	6.341	268	-	7.850
Milho	64.131	5.097	68.864	15.781	120.502	61.470	2.790	1.001	339.635
Batata	8.514	15.232	27.502	6.971	18.834	2.251	1.707	6.614	87.625
Beterraba sacarina	-	-	982	-	30.463	12.597	-	747	44.788
Total	**72.676**	**27.439**	**98.250**	**23.769**	**182.811**	**197.085**	**6.037**	**8.396**	**616.464**

Quadro 1 – Potencial disponível para produção de bioetanol

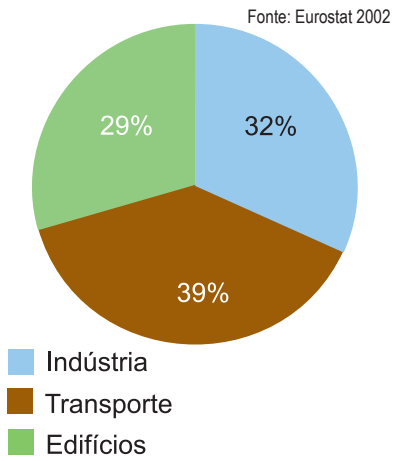


Fig. 1 – Distribuição do consumo energético em Portugal

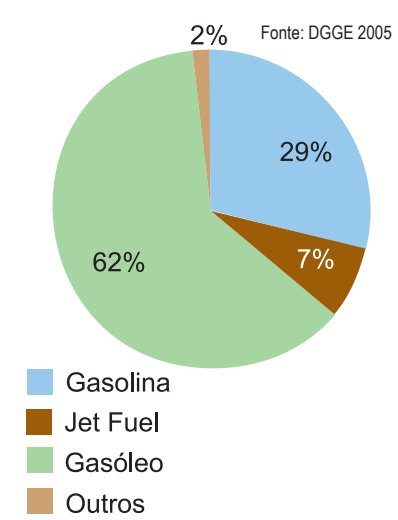


Fig. 2 – Repartição da Energia primária no sector dos transportes em Portugal

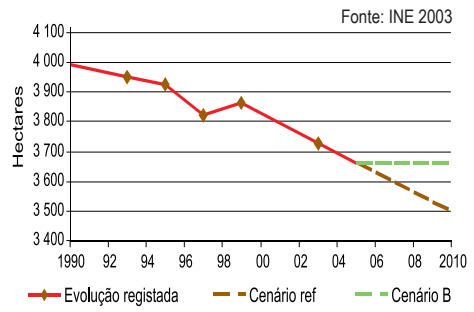
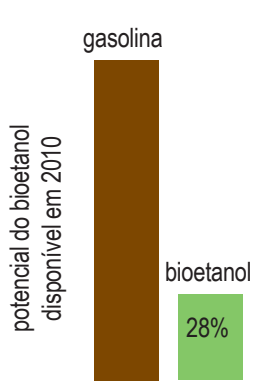
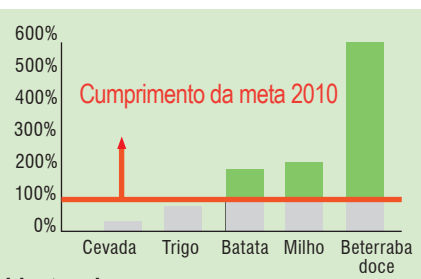


Fig. 3 – Superfície Agrícola usada em Portugal (em ha)



O potencial disponível do bioetanol, caso fosse possível converter as culturas tradicionais em culturas energéticas, representa 28% do volume de gasolina que será consumido em 2010.

Culturas energéticas	Capacidade (m³)
Cevada	46.451
Trigo	95.129
Batata	258.743
Milho	272.536
Beterraba doce	778.698



Quadro 2 – Potencial exequível para produção de bioetanol

> Só a partir duma redefinição da estratégia do governo, sobretudo no plano fiscal, ou com o envolvimento dos distribuidores de combustíveis líquidos no sector dos biocombustíveis ou com a importação de bioetanol, será possível atingir os objectivos desejados.

DR

Fábrica de Etanol

2001 até 2005). Extrapolando para o ano de 2010, o consumo seria de 2,195 milhões de m^3. Assim, 5,75% de bioetanol corresponde ao valor de 126 mil m^3.

Como no decreto comunitário dos biocombustíveis nada é referido relativamente à proveniência destes, para atingir o valor de 126 mil m^3 de bioetanol até 2010, Portugal pode:

a) Importar bioetanol;

b) Produzir nacionalmente bioetanol com matéria-prima importada;

c) Produzir nacionalmente bioetanol com matéria-prima nacional.

O potencial das culturas energéticas e produção de etanol

A Superfície Agrícola Usada (SAU) tem sofrido um decréscimo nos últimos anos (figura 3) de cerca de 0,9%/ano.

O bioetanol é produzido a partir de matéria-prima, rica em açúcar ou em amido, resultante de culturas tradicionais no país: cereais (trigo e cevada), milho, batata e beterraba doce.

Na análise das culturas energéticas vários cenários foram tidos em conta:

Cenário A – Avaliação do potencial disponível (situação "limite") caso fosse possível a conversão das culturas existentes, em culturas energéticas, para produção de bioetanol.

Cenário B – Avaliação do potencial exequível de bioetanol (situação mais realista), tomando como critério, a conversão das áreas agrícolas, que possivelmente seriam abandonados entre 2005 e 2010, para culturas energéticas.

Para determinar o potencial para produção de bioetanol aplicaram-se os índices de conversão de matérias-primas em bioetanol às produções obtidas, no ano 2000, nas diferentes regiões do Continente. (ver Quadro I)

Cenário A – A partir da análise do quadro 1, conclui-se que, caso as produções das áreas actualmente cultivadas fossem orientadas para bioetanol, poderiam originar cerca de 617 mil m^3.

Atendendo a estes valores, Portugal conseguiria cumprir as metas de bioetanol estimadas para 2010 (126 mil m^3), somente a partir destas fontes de matéria-prima, desde que toda a produção nacional destas culturas fosse destinada a este fim.

Cenário B – A partir da figura 3, retira-se o valor relativo às áreas agrícolas que seriam supostamente abandonadas até 2010, e agora, com o surgimento duma nova fileira de negócios, essa área seria gradualmente convertida em culturas energéticas, como matéria-prima para produção de bioetanol. Dessa análise obtém-se uma área exequível de 160.408 ha.

A partir do rendimento unitário descrito no quadro 1 e da área exequível, facilmente se chega ao potencial exequível de capacidade de bioetanol para cada cultura energética:

Como se pode verificar pelo Quadro 2, culturas energéticas baseadas na batata, milho ou beterraba doce são possibilidades para Portugal cumprir com as suas obrigações.

Contudo, é preciso tecer outras considerações, desta vez no plano económico, de modo a avaliar se, economicamente, o bioetanol é competitivo face à gasolina.

A viabilidade económica do etanol

De forma a dinamizar o sector dos biocombustíveis, o governo lançou o decreto-lei n.º 66/2006 que prevê a isenção parcial ou total do imposto sobre produtos petrolíferos ou energéticos (ISP) até 5 anos. Para pequenos produtores a isenção poderá ser total até ao limite máximo global de 15 mil ton e, para os restantes, o valor da isenção será parcial e constará entre 0,28 a 0,30 €/L.

O cálculo do custo do bioetanol foi efectuado para diversos cenários:

Cenário A – com isenção total do ISP até 15 mil ton (corresponde a apenas 15% da meta – possivelmente se esgotará no 1º ano);

Cenário B – com isenção parcial do ISP de 0,30 €/L (entre dois a cinco anos);

Cenário C – sem isenção (após cinco anos).

Os valores obtidos foram os seguintes (ver Quadro 3)

Como o poder calorífico do bioetanol (PCI = 21,4 MJ/L) é diferente do da gasolina (PCI = 32,6 MJ/L), uma comparação de preços só será possível mediante a conversão dos preços do bioetanol para gasolina equivalente.

Conclusões

O potencial disponível do bioetanol, caso fosse possível converter as culturas tradicionais em culturas energéticas, representa 28% do volume de gasolina que será consumido em 2010.

O potencial exequível do bioetanol, aproveitando as áreas agrícolas supostamente abandonadas em culturas energéticas, representa para a beterraba 35%, para o milho 12%, para a batata 12%, para o trigo 4% e para a cevada 2%, do volume de gasolina que será consumido em 2010.

Assim, pode-se concluir que há potencial energético disponível e exequível (para a beterraba, milho e batata) para contribuir com mais de 5,75% de bioetanol em 2010.

Na análise económica, as conclusões sobre a viabilidade de cada uma das culturas energéticas, face à gasolina, encontram-se representados no quadro seguinte:

Em jeito de conclusão final há a dizer que:

► O trigo e o milho são as únicas culturas energéticas com alguma competitividade face ao preço evolutivo da gasolina.

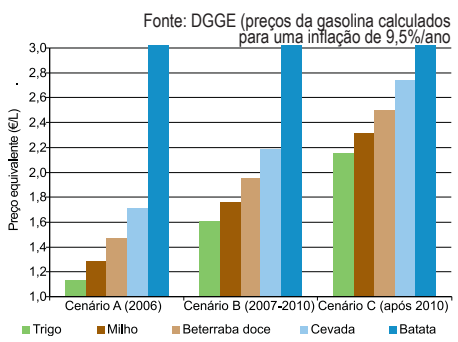
► As regiões mais favoráveis para produção de bioetanol (a base de trigo ou milho) são o Ribatejo e Oeste e o Alantejo.

► A estratégia do Governo para a dinamização do sector é frágil. A isenção total de ISP é só para os primeiros 15% de bioetanol produzido em relação à meta de 5,75% dos biocombustíveis até 2010. A isenção parcial não é uma medida suficiente para tornar o bioetanol competitivo nos primeiros anos, o que só acontecerá mediante a escalada do preço da gasolina (ano de 2009).

► Juntando as observações tiradas na análise do potencial energético com as observações da análise económica, dificilmente será atingido o valor de 5,75% de bioetanol produzido nacionalmente em substituição da gasolina para 2010. Só a partir duma redefinição da estratégia do governo, sobretudo no plano fiscal, ou com o envolvimento dos distribuidores de combustíveis líquidos no sector dos biocombustíveis ou com a importação de bioetanol, será possível atingir os objectivos desejados.

Matéria-prima	Matéria-prima (Euros/L)	Operação (Euros/L)	Distribuição e marketing (Euros/L)	Cenário A (Euros/L)	Cenário B (Euros/L)	Cenário C (Euros/L)
Trigo	0,33	0,2	0,080	0,61	0,87	1,17
Cevada	0,61	0,2	0,121	0,93	1,19	1,49
Milho	0,41	0,2	0,091	0,70	0,96	1,26
Batata	1,31	0,2	0,227	1,74	2,00	2,30
Beterraba doce	0,50	0,2	0,105	0,80	1,06	1,36

Quadro 3 – Preço estimativo do bioetanol (s/ IVA).



Quadro 5 – Comparação do preço do etanol em gasolina equivalente com a evolução do preço da gasolina.

Matéria-prima	Cenário A (Euros/L)	Cenário B (Euros/L)	Cenário C (Euros/L)
Trigo	1,131	1,607	2,159
Cevada	1,710	2,185	2,738
Milho	1,285	1,760	2,313
Batata	3,202	3,677	4,229
Beterraba doce	1,476	1,952	2,504

Quadro 4 – Preço estimativo do bioetanol em gasolina equivalente (c/ IVA a 21%).

Base do bioetanol	Cenário A		Cenário B		Cenário C	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Trigo	SIM	NÃO	PRÓX	SIM	SIM	PRÓX
Cevada	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Milho	SIM	NÃO	NÃO	PRÓX	SIM	NÃO
Batata	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Beterraba doce	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	PRÓX	NÃO

Quadro 5 – Quadro resumo da competitividade económica do bioetanol para cada cultura energética face à gasolina.

Legenda:
SIM – competitivo
NÃO – não competitivo
PRÓX – próximo da competividade

Aves Selvagens em Portugal

Sendo hoje a Internet o canal privilegiado de comunicação, impunha-se a criação de um portal com informação acessível e facilmente actualizável, que tornasse possível a qualquer interessado saber quais os melhores locais de observação de aves em Portugal.

O portal avesdeportugal.info foi assim criado a pensar em todos os que gostam de observar aves selvagens e não dispõem de informação actualizada sobre este assunto ou não sabem como a obter. O principal objectivo deste site é o de tornar mais fácil o acesso a informação completa e actualizada sobre os melhores locais para observar as aves selvagens de Portugal, seja para as fotografar, seja simplesmente para as poder identificar.

O portal avesdeportugal.info é um projecto totalmente voluntário.

Foi lançado no dia 1 de Janeiro de 2008 com informação sobre 12 locais e 30 espécies de aves. O site será actualizado frequentemente com novos conteúdos, nomeadamente novas sugestões de locais, novas fichas de espécies e sugestões de roteiros ornitológicos.

Gonçalo Elias

Galeirão comum (*Fulica atra*)

Grifo (*Gyps fulvus*)

Gaivota-argêntea (Larus michahellis)

Perna-longa (Himantopus himantopus)

Internet

A partir de agora, está disponível na Internet um portal dedicado exclusivamente à observação de aves selvagens em Portugal

http://www.avesdeportugal.info

Alterações Climáticas e Responsabilidade Ambiental

Colóquio na Ecoteca de Serra d' Aires e Candeeiros 19 de Abril 2008

14h30 – Abertura do colóquio

Módulo 1
Introdução à Problemática Ambiental
Manuel João Pires-SEA

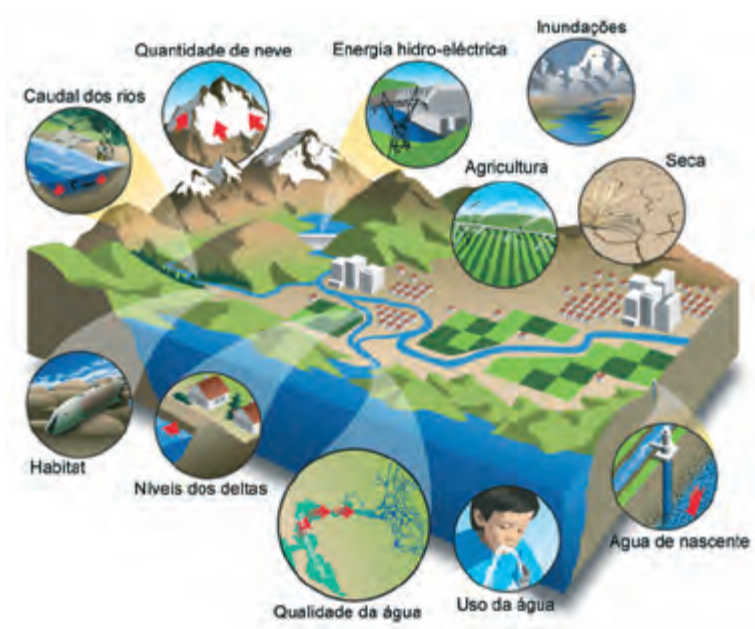
Módulo 2
Alterações Climáticas e Desenvolvimento sustentável- A terra para as gerações vindouras
2.1-Alterações Climáticas, alguns efeitos para a vida na Terra:
Catástrofes naturais
Extinção de espécies e da bio-diversidade
José Alho
2.2- Das alterações climáticas para as alterações comportamentais:
Programa EcoFamílias, Projecto Ecocasa
Ana Rita Antunes -Quercus

Módulo 3
Alterações climáticas e extinção de espécies -Os animais
►Pressupostos da ética animal.
►Exploração e abusos sobre os animais
►Animais em perigo: espécies em vias de extinção
Anna Olsson – Fac. Porto (a confirmar)
Sociedade de Ética Ambiental/Associação de Professores de Filosofia/ F. Calouste Gulbenkian

Módulo 4
Alterações climáticas e ecossistemas: para uma ética da responsabilidade.
►A "saúde" dos ecossistemas e as mudanças antropogénicas
►O homem: ser responsável entre todos os seres.
Cristina Beckert– SEA

Módulo 5
A Natureza : fonte de inspiração e gratificação estética.
►O Belo e o Bem na Natureza
►Arte e Natureza: Poesia, pintura
►Colaboração com professores de filosofia sobre a relação entre o Bem e o Belo.
Carlos João Correia - SEA

Actividades complementares:
"Porto de Honra", almoço
10h - Percurso pedonal ao parque natural da Serra d'Aires
12h 30mn - Almoço
Entrada Livre



Não será o mesmo Oceano...

Zoomarine

ZOOMARINE

Há cerca de 35 anos os mares deste planeta eram diferentes. Desde então, há, certamente, muitas diferenças em termos de poluição (química, orgânica, acústica), de tráfego marinho, de ocupação e degradação costeira e, segundo alguns especialistas, em termos de temperatura, correntes e biodiversidade. E é precisamente isso que duas tartarugas marinhas irão descobrir, nos primeiros meses de 2008, depois de uma "ausência oceânica" com mais de três décadas de duração.

"Calantha" e "Tartaruga" são dois quelónios com histórias de vida distintas mas, provavelmente, um destino comum: voltarão ao Atlântico, depois de um processo de reabilitação (clínica e comportamental) que teve como estação final o Porto d'Abrigo do Zoomarine, um Centro de Reabilitação de Espécies Marinhas localizado no Algarve.

"Calantha", uma tartaruga-comum (Caretta caretta) viveu cerca de trinta anos no Aquário Vasco da Gama (AVG), onde centenas de milhar de portugueses (e, certamente, também estrangeiros) se maravilharam com o seu porte e beleza física. A razão e os detalhes da sua chegada ao AVG perderam-se nas memórias dos seus tratadores e amigos - mas a sua presença fez parte, indubitavelmente, da infância e juventude de milhares de nós. Entretanto, e já adulta, em Outubro de 2005 foi transferida para o Zoomarine.

Uma história semelhante terá a "Tartaruga", uma tartaruga-verde (Chelonia mydas). Terá sido encontrada nas águas costeiras da Madeira, também na década de 70, e viveu, desde então, no Aquário Municipal do Funchal. No entanto, a sua vida começou a mudar em Abril de 2004, quando viajou para Albufeira, para dar entrada no Porto d'Abrigo do Zoomarine.

O motivo destas transferências foi simples: sendo ambas fêmeas, adultas e pertencentes a espécies ameaçadas, as entidades envolvidas (Aquário Vasco da Gama, Aquário Municipal do Funchal e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade) acordaram na devolução destes espécimes ao selvagem, a fim de permitir expressar o potencial reprodutor destes indivíduos.

E foi nesta fase que entrou em campo a equipa de reabilitadores do Zoomarine, que se comprometeu em preparar, clínica e comportamentalmente, ambas as tartarugas a um regresso ao selvagem, mais de 30 anos após o seu último mergulho nas águas do Atlântico.

Aproveitando a experiência de reabilitação de tartarugas-marinhas, cágados, focas e lontras-europeias, os profissionais do Porto d'Abrigo do Zoomarine elaboraram e implementaram um plano de reeducação nutricional, reforço muscular e sensibilização contra humanos. Em suma, definiram-se como objectivos (i) garantir que ambos os espécimes aprendiam a reconhecer e capturar o seu alimento (vivo) natural, (ii) readquiriam força e agilidade muscular e, claro, (iii) voltavam a encarar os humanos como inimigos (e não como "fontes de alimento").

Mais de dois anos volvidos e terminado esse complexo processo, ambos os espécimes estão prontos a voltar a provar o sabor da água atlântica. E é isso que acontecerá na primavera de 2008, quando, em Cabo Verde (como se prevê), a "Calantha" e a "Tartaruga" (provavelmente, acompanhadas de uma outra tartaruga juvenil, cujo processo de reabilitação também terminou este Outono) mergulharem, com uma última ajuda de mãos humanas, nas águas tépidas do Arquipélago "descoberto" por Diogo Gomes, em 1460.

Nas suas carapaças estarão acoplados dois transmissores que, associados ao Sistema ARGOS (https://www.argos-system.org/) ajudarão investigadores nacionais e estrangeiros a saber que destino(s) terão, após trinta anos, estes répteis marinhos.

Três décadas volvidas, os mares estarão certamente diferentes... Mas é esperança do Porto d'Abrigo do Zoomarine que os novos rumos da "Calantha" e da "Tartaruga" ajudem a repor alguma da normalidade que todos desejamos para o nosso maior vizinho, o imenso Atlântico.

ZOOMARINE

ZOOMARINE

ZOOMARINE

"Há cerca de 35 anos os mares deste planeta eram diferentes. Desde então, há, certamente, muitas diferenças em termos de poluição (química, orgânica, acústica), de tráfego marinho, de ocupação e degradação costeira e, segundo alguns especialistas, em termos de temperatura, correntes e biodiversidade."

Damos
Novos Mundos
à Saúde
Em termos **genéricos**, somos **Portugueses**.

Empresa certificada em
Segurança, **Qualidade** e **Ambiente**

TÜV SÜD ISO 9001
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS NP EN ISO 14001 SGS
CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS OHSAS 18001 SGS

Fresenius Kabi
Caring for Life

LINHA DIRECTA LABESFAL GENÉRICOS 918 643 285

LABESFAL - LABORATÓRIOS ALMIRO, SA - Santiago de Besteiros - 3465-157 - Campo de Besteiros - PORTUGAL
Tel.: +351 232 83 11 00 • Fax: +351 232 83 11 12 • genericos@labesfal.pt

www.labesfalgenericos.pt

LABESFAL
GENÉRICOS
Pela Nossa Saúde

Alterações climáticas - Conferência de Bali

Resultados positivos mas pouco entusiasmantes

Sara Campos

Decorreu entre 4 e 15 de Dezembro, em Bali, a 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Esta longa maratona negocial culminou na aprovação, pelos 190 países, de um roteiro para as negociações durante os próximos dois anos, com vista a estabelecer um novo acordo internacional de combate ao aquecimento global.

FRANCISCO FERREIRA

Entre as principais metas destaca-se a intenção de assegurar o processo negocial até 2009, conducente a um novo tratado que inclua também os Estados Unidos. Pretende-se também reforçar, no pós-Quioto, o quadro de redução de emissões para 2020, a aplicar aos países desenvolvidos. A longo prazo, é também relevante antecipar uma redução global, que inclua os países em desenvolvimento, para 2050. Por fim, impõe-se a aplicação de várias medidas em áreas como a transferência de tecnologia, o reforço institucional, o apoio aos países em desenvolvimento na adaptação às alterações climáticas, o financiamento e ainda questões referentes à florestação e desflorestação.

Do Mandato de Bali a Quercus elogia várias resoluções positivas. De destacar o início do processo formal entre os países da Convenção das Alterações Climáticas e os países que ratificaram o Protocolo de Quioto, através do Grupo de Trabalho "Ad-hoc" da Convenção sobre Acção Cooperativa de Longo Prazo. Também importante foi a decisão em estabelecer 2009 como meta para concluir as negociações relativas ao período pós-Quioto.

Já no que respeita a números e metas, os resultados ficaram aquém das expectativas. O texto inicial apontava para uma redução das emissões em mais de 50% entre 2000 e 2050. No mesmo documento afirmava-se a necessidade de, no prazo de 10-15 anos, essas emissões atingirem o seu máximo, seguindo-se a partir daí um declínio. Por fim, a margem de redução das emissões estimada para os países industrializados, no período 1990-2020, seria de 25% a 40%. No texto final, todos estes dados foram remetidos para uma nota de rodapé, que cita um relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC).

FRANCISCO FERREIRA

Muitas das reivindicações da Quercus e das organizações não governamentais foram conseguidas na decisão da Conferência

FRANCISCO FERREIRA

Após 13 dias de intensas negociações, o Roteiro de Bali foi aprovado. Os Estados Unidos reconsideraram no último minuto e acabaram por aceitar o acordo

Quanto a outros temas de trabalho como a adaptação e a transferência de tecnologia, os resultados obtidos são, do ponto de vista da Quercus, aceitáveis. De realçar também a separação de duas matérias cuja especificidade exige abordagens diferentes: de um lado a redução de emissões por desflorestação e degradação da floresta; do outro, a alteração do uso do solo e da floresta.

A adesão dos Estados Unidos foi, de certa forma, uma derrota para a administração Bush, pois ofuscou os quatro encontros agendados até Junho de 2008 entre os EUA e as chamadas grandes economias mundiais – uma via negocial alternativa às acções da ONU, tentada por esta administração.

Contudo, a ambiguidade do texto, sem referências explícitas a factos científicos para combater o aquecimento global, deixa uma margem de manobra potencialmente perigosa, que requer algumas correcções.

Avaliando a actuação dos vários intervenientes da Conferência, destacam-se as tentativas de bloqueio por parte da administração Bush, que mancharam a presença dos Estados Unidos, secundados pelo Japão e Canadá. Quanto à Austrália, outro dos protagonistas de Bali ao ratificar o Protocolo de Quioto, esperava-se que assumisse uma posição de liderança nas negociações, o que não aconteceu. Uma referência também aos países em desenvolvimento (denominados G77+ China) que se mostraram cooperantes, com particular destaque para a China.

Sair de Bali com um Mandato fortalece os esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas e traz de novo o gigante americano ao debate internacional sobre as alterações climáticas. Mas apesar dos progressos conseguidos, potências como os EUA, o Canadá e o Japão regressam da Indonésia confortavelmente, pois no texto final aceita-se a possibilidade de não assumirem compromissos vinculativos de redução de emissões, realizando apenas "acções" e cumprindo "objectivos". Termos mais ambíguos e menos exigentes, que no entanto foram a cedência necessária para conseguir alguma cooperação por parte destes países.

Para a União Europeia, a Conferência de Bali não foi um fracasso mas esteve longe de ser vitoriosa. Apesar dos esforços desenvolvidos, teve que fazer cedências em aspectos centrais. O Mandato de Bali peca por ser pouco conciso em termos de conteúdo, deixando ainda muito em aberto. Está, no entanto, lançado o processo negocial até 2009, restando esperar que os resultados correspondam às expectativas.

Uma nota final positiva da Quercus à equipa negocial portuguesa que cumpriu a sua tarefa, coordenando as posições da União Europeia. De realçar a sua interacção com as ONG's europeias, bem como a pressão interna e externa que exerceu nas horas decisivas das negociações, tendo contribuído para o desfecho positivo desta Conferência.

Reportagem

Priolo

Extinção ou sobrevivência?

O Priolo (*Pyrrhula murina*) é uma ave endémica da ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores. Em todo o mundo apenas pode ser encontrado na região mais montanhosa desta ilha, na parte oriental (concelhos de Povoação e Nordeste), encontrando-se entre as aves mais raras e ameaçadas do mundo, com uma população estimada inferior a 400 aves.

PEDRO MONTEIRO

Joaquim Teodósio
SPEA LIFE Priolo

O Priolo é uma espécie protegida pela Directiva Europeia das Aves estando incluída em várias listas de animais ameaçados, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, razão pela qual foi criada a Zona de Protecção Especial (ZPE) Pico da Vara/Ribeira do Guilherme (Sítio da Rede Natura 2000), que abrange toda a área de distribuição da espécie, visando a sua protecção e conservação. A BirdLife International considera o Priolo como uma espécie "globalmente ameaçada de extinção", sendo neste momento considerado a ave mais ameaçada da Europa.

No final do século XIX, o Priolo apresentava uma distribuição maior que a actual, sendo até considerado uma praga nos pomares de laranjeiras e, desta forma, capturado regularmente. O seu habitat natural, a floresta Laurissilva de altitude, também foi sendo substituído por pastagens e por plantações de Criptoméria (Cryptomeria japonica) e invadida por plantas exóticas como o Incenso (Pittosporum undulatum), a Conteira (Hedychium gardneranum) e, mais recentemente, a Cletra (Clethra arborea) e o Gigante (Gunnera tinctoria). Estes foram os principais factores que conduziram esta pequena população à beira da extinção.

O Projecto LIFE Priolo iniciado em 2003 tem como objectivo criar as condições necessárias para evitar a extinção do Priolo. O Projecto, financiado pelo Programa LIFE da Comissão Europeia e por fundos do Governo Regional dos Açores, é coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves que tem como parceiros a Câmara Municipal do Nordeste, a Universidade dos Açores, a Direcção Regional dos Recursos Florestais, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a Royal Society for the Protection of Birds (Birdlife no Reino Unido). Todos trabalham com o objectivo de recuperar o habitat do Priolo, a floresta de Laurissilva, caracterizada pelo seu elevado número de endemismos e cuja destruição levou ao declínio desta ave.

Na área da ZPE ocorrem vários habitats de interesse comunitário incluídos na Directiva Habitats. O habitat natural do Priolo compreende essencialmente as áreas de Laurissilva, onde abundam espécies como *Laurus azorica* (Louro), *Prunus azorica* (Ginja-do-mato), *Viburnum tinus ssp. subcordatum* (Folhado) e *Frangula azorica* (Sanguinho) e *Ilex azorica* (Azevinho). Este tipo de habitat está extremamente ameaçado, estando reduzido a bolsas de vegetação em zonas montanhosas de maior altitude. Várias destas espécies vegetais são endémicas dos Açores e estão elas próprias em perigo (ex: Ginja, Sanguinho, Cedro-do-mato). Apesar das ameaças, esta continua a ser uma área de grande importância a nível da ilha de São Miguel e a nível nacional.

O Priolo ocorre principalmente na área de vegetação nativa onde ainda encontra as plantas que lhe fornecem alimento. Esta vegetação representa apenas 20% da área total da ZPE (perto de 1000 ha) estando extremamente ameaçada pela progressiva invasão de diversas espécies de plantas exóticas. Se não fossem tomadas medidas, a expansão destas espécies resultaria a curto prazo no desaparecimento das últimas manchas de floresta nativa e consequentemente na extinção do Priolo.

A acção de espécies exóticas invasoras é uma das maiores ameaças à Biodiversidade dos Açores (e a nível mundial) e, certamente, o factor que levaria brevemente à extinção do Priolo. Estas espécies de características muito agressivas conseguem expandir a sua área rapidamente com elevadas densidades o que acaba por eliminar todas as outras espécies que ocorrem na área. Anualmente, espécies como a Conteira e o Incenso são responsáveis por milhões de euros de prejuízos a nível mundial e pelo desaparecimento de outras espécies.

Nos Açores, uma intervenção desta magnitude nunca tinha sido tentada. O controlo de exóticas numa extensa área de floresta nativa, com condições atmosféricas e de relevo bastante desfavoráveis, em locais sem acessos, exigiu uma logística complexa com elevados recursos humanos. Foi necessário criar uma rede de trilhos para alcançar as áreas de vegetação nativa e desenvolver métodos de controlo específicos para as diferentes espécies exóticas que apresentassem uma alta taxa de sucesso com o mínimo dano nas plantas da Laurissilva.

> "No final do século XIX, o Priolo apresentava uma distribuição maior que a actual, sendo até considerado uma praga nos pomares de laranjeiras e, desta forma, capturado regularmente"

PEDRO MONTEIRO

Actualmente já foram recuperados cerca de 110 ha de floresta de Laurissilva, sendo que até final do projecto (2008) se pretende alcançar os 150 ha. Esta é agora a melhor área de vegetação nativa da ilha. Nas áreas intervencionadas foram plantadas mais de 40.000 plantas nativas produzidas em viveiro onde foram desenvolvidos métodos para a produção das mesmas.

Sendo que metade da área da ZPE é composta por floresta de produção, iniciou-se uma acção demonstrativa de reconversão de uma área de floresta de produção de Criptoméria para floresta nativa. Já foram cortados 10 ha e plantadas mais de 22 mil plantas nativas (em 5 ha, a plantação da restante área será concluída até 2008).

A dinamização da criação de novos pomares veio permitir aliar a vertente de conservação (aumento da disponibilidade de alimento para o Priolo) com práticas agrícolas (reconversão de pastagens degradadas e conservação de variedades regionais de espécies frutícolas). Foi criado um pomar com cerca de mil árvores de fruto e milhares de plantas nativas numa área de ocorrência de Priolo. Esta acção levou a um maior interesse por parte da população local por estas culturas.

As acções do LIFE Priolo exigem bastantes recursos humanos, em média ao longo do ano foram criados 18 postos de trabalho (chegam aos 30 na Primavera/Verão) numa região considerada ultra-periférica. Este facto dá ao projecto uma forte componente social e económica, e fortes argumentos de que a conservação da Natureza é uma grande mais-valia para o desenvolvimento sustentado de uma região.

O desenvolvimento de uma análise económica do impacto deste projecto e de valorização dos serviços de ecossistema prestados pela ZPE, veio reforçar este facto. Segundo os valores obtidos, o impacto global do projecto nos Açores foi, até Agosto de 2007, de 25 empregos (directos e indirectos) e de 335.000€/ano acrescentados ao PIB regional. A valorização dos serviços prestados pelos diferentes habitats da ZPE também permitiu comprovar o elevado valor associado aos habitats naturais como a Laurissilva. Estes serviços são tão diversos como a qualidade da água, o valor educativo e recreativo, a fixação de carbono, a prevenção de risco, etc.

ARQUIVO SPEA LIFE PRIOLO

O controlo de exóticas numa extensa área de floresta nativa, com condições atmosféricas e de relevo bastante desfavoráveis, em locais sem acessos, exigiu uma logística complexa com elevados recursos humanos

A nível da sensibilização ambiental foi feito um grande esforço no desenvolvimento de acções com a população escolar. A criação de material divulgativo, concursos escolares, palestras e visitas guiadas que abrangeram mais de 3 mil alunos e professores foram algumas acções desenvolvidas. Uma exposição de fotografia de Pedro Monteiro (foto-jornalista micaelense) sobre o Priolo e o LIFE percorreu vários pontos de São Miguel e esteve presente no Parlamento Europeu em Bruxelas.

A existência do LIFE Priolo permitiu criar condições para receber estudantes e técnicos que aqui desenvolvem diversos trabalhos. Foram já 27 os investigadores (nacionais e internacionais) que colaboraram de forma paralela com a equipa do projecto. Daqui resultaram diversos estágios, trabalhos de mestrado e doutoramento, e outros resultados relevantes.

Outro objectivo cumprido foi o aumento da área classificada como ZPE de 2000 ha para 6000 ha, abrangendo toda a área de distribuição do Priolo, bem como a elaboração e implementação do respectivo Plano de Gestão. Esta ZPE será integrada em 2008 no futuro Parque Natural de Ilha de São Miguel.

Os bons resultados alcançados até ao momento, levaram à possibilidade de implementar um Centro de Interpretação e Divulgação Ambiental sobre o Priolo. O Centro Ambiental do Priolo é coordenado pela SPEA, o espaço foi cedido pela Direcção Regional dos Recursos Florestais e o financiamento da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Este espaço, situado na freguesia da Pedreira, concelho do Nordeste, será um pólo dinamizador das actividades ligadas ao ambiente na parte oriental da ilha de São Miguel. Pensado não só para as escolas mas também para a população local e turistas, este centro será certamente um espaço de enorme importância para a ilha de São Miguel e para a Região.

Este centro é sem dúvida um dos grandes marcos deste projecto e um forte apoio a todo o esforço necessário para continuar a recuperação e conservação do Priolo. Um sinal de que a sociedade já reconhece a importância da conservação desta ave e do seu habitat. Um indicador de que o Património Natural pode ter um papel crucial no desenvolvimento sustentável de uma região. Um passo na caminhada para salvar a ave mais ameaçada da Europa.

PEDRO MONTEIRO

Projecto LIFE Priolo

Com o objectivo de evitar o desaparecimento do Priolo, o LIFE Priolo actua em diferentes áreas. As cerca de 50 acções do Projecto estão divididas em 4 áreas:

Recuperação do habitat: A plantação de milhares de plantas nativas na zona principal de ocorrência do Priolo em paralelo com a remoção das plantas exóticas que actualmente invadem essa área de floresta nativa na zona montanhosa do concelho do Nordeste.

Gestão do habitat: O crescimento das espécies nativas é um processo com resultados a médio e longo prazo. Assim, é indispensável assegurar que as medidas implementadas no terreno terão continuidade, através de medidas legais de gestão do habitat da espécie que se manterão após o projecto, por exemplo, plano de gestão da ZPE e o alargamento da área da ZPE.

Monitorização do Priolo e seu habitat: Ao longo de todo o projecto a população de Priolo tem sido mantida sob estreita vigilância, de forma a acompanharmos a evolução da população, assim como a reacção da espécie às alterações no habitat. Os habitats prioritários sujeitos às intervenções são também eles monitorizados bem como algumas das espécies vegetais prioritárias (Uva-da-serra, Azevinho, Ginja-do-mato).

Sensibilização e educação ambiental: Esta é uma das fortes componentes do projecto. A eliminação das ameaças sobre o Priolo, implica a participação activa de toda a população assim como das diversas entidades governamentais e autárquicas. As escolas são um dos alvos principais. O envolvimento da população mais jovem da ilha é essencial para o sucesso do projecto. A promoção do Priolo como uma mais-valia da Ilha de São Miguel e do Arquipélago dos Açores, junto dos turistas e da população em geral, é também importante para uma gestão sustentável da área.

ARQUIVO SPEA LIFE PRIOLO

Foi necessário criar uma rede de trilhos para alcançar as áreas de vegetação nativa

Quercus em acção

Os Cinco Pecados Ambientais do Projecto Aquícola da PESCANOVA em Mira

Estado Português paga metade dos custos e Autarquia "oferece" terreno

Quercus, ADEGA e Plataforma Vizinhal de Corrubedo

DOMINGOS PATACHO

Activistas da QUERCUS e de várias associações galegas, nomeadamente ADEGA e Plataforma Vizinhal de Corrubedo, desenvolveram uma acção de alerta no dia 24 de Novembro de 2007 junto às obras do Projecto Aquícola de Engorda de Pregado da PESCANOVA, alertando para os principais problemas ambientais deste empreendimento e para a má aplicação dos apoios públicos ao investimento privado.

O Estado português paga metade do investimento da PESCANOVA (45 milhões de euros). A 1ª fase do projecto Aquícola de Engorda de Pregado da PESCANOVA em Mira, no sítio da Rede Natura 2000 "Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas", corresponde a um investimento de mais de 91 milhões de euros e deste montante metade, ou seja 45 milhões de euros, constituem despesa pública. Mesmo que a promessa de criar 200 postos de trabalho se concretizasse, o que é pouco provável tendo em conta o que se passa noutras instalações semelhantes, o apoio que o Estado português está a oferecer à PESCANOVA significa um subsídio de 1600 euros por cada um desses salários (45 milhões de euros a dividir por um total de 28 mil salários num período de 10 anos = 1600 euros por salário).

A Câmara Municipal de Mira outorgou escritura para venda de mais de 200 hectares de terrenos baldios à PESCANOVA (processo que está a ser contestado pela Quercus em tribunal) pelo valor de 1 euro por metro quadrado correspondendo a um total de mais de 2 milhões de euros. A Autarquia comprometeu-se a aplicar esse mesmo valor em obras e serviços para servir o investimento, o que corresponde a uma oferta encapotada do terreno à PESCANOVA. A Autarquia comprometeu-se a executar:

►Rede viária entre o estabelecimento e o IC1;

►Infra-estruturas de água e saneamento;

►Linha de Alta tensão para o empreendimento;

►Desflorestar, desmatar e limpar a área do projecto;

►Isentar de IMT (imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis) e IMI (imposto municipal de imóveis) por um período de 10 anos;

►Assegurar a recolha de resíduos sólidos urbanos.

Os cinco pecados ambientais do projecto aquícola da PESCANOVA em Mira:

1- Ameaça à Biodiversidade
2- Desordenamento do Território
3- Poluição Marinha
4- Ocupação do Litoral
5- Sem Estudo de Alternativas

Mais informações em www.quercus.pt

Parceria entre a Quercus e os CTT

Um exemplo a multiplicar

JOSÉ PAULO MARTINS

A parceria entre a Quercus e os CTT para a reflorestação de espécies autóctones na área do Monte Barata, em Castelo Branco, revela uma das opções que as empresas podem escolher para aprofundar o seu contributo na defesa do ambiente. A plantação de árvores autóctones cumpre vários objectivos entre os quais se destacam, a conservação do solo, a regularização do regime hídrico e a preservação da biodiversidade sem esquecer o papel de sumidouro de dióxido de carbono que cabe à floresta ajudando assim a combater o efeito de estufa e as alterações climáticas.

Para a Quercus este projecto conjunto com os CTT vai muito mais além das árvores plantadas, significa também a relação que pode e deve existir entre organizações diferentes, como são as empresas e as associações de ambiente, no sentido de todos promoverem um melhor ambiente para as actuais e futuras gerações. Direcção Nacional da Quercus

Processo PORTUCALE

Tribunal deferiu Providência Cautelar

No seguimento da Providência Cautelar interposta pela Quercus no final de Junho passado, contra o avanço das obras do loteamento turístico-imobiliário na Herdade da Vargem Fresca, Benavente, da responsabilidade da PORTUCALE, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria deferiu parcialmente a Providência, mantendo a protecção ao povoamento de sobreiros.

Mais informações em www.quercus.pt

Greenpeace apela à participação dos cidadãos

Campanha Internacional para preservar os oceanos

GREENPEACE

A Greenpeace está a implementar uma campanha em diversos países, incluindo Portugal, tendo em vista promover a pesca sustentável.

Esta campanha está ainda no seu início em Portugal mas necessita, desde já da participação dos cidadãos: **http://www.greenpeace.org/portugal/supermercados**

Neste primeiro momento é fundamental recolher informação sobre as espécies marinhas comercializadas em diversas superfícies comerciais. Os locais a visitar estão listados na página, bem como a explicação pormenorizada dos passos a seguir. Para recolher a informação solicitada basta imprimir o inquérito que está disponível na página e ler as instruções, para que não haja dúvidas no momento da recolha da informação.

À descoberta da Serra de S. Mamede

Os Núcleos Regionais de Castelo Branco e de Portalegre da Quercus, organizaram no fim-de-semana de 10 e 11 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

NUNO SEQUEIRA

Com esta actividade, pretendeu-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes neste Parque Natural, observar e identificar a sua diversidade florística e faunística

Núcleo Regional de Portalegre

A Serra de S. Mamede constitui um "oásis" quando comparada com as restantes paisagens alentejanas. Trata-se de um local que, pelas diferentes tipologias do seu clima e geologia, apresenta uma biodiversidade incrível que se manifesta sobretudo na sua flora.

O Parque Natural da Serra de S. Mamede ocupa uma área aproximada de 31.750 ha, distribuídos pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches, abrangendo dois tipos de paisagem completamente distintos. A Sul, as típicas planícies alentejanas, e a Norte, uma zona de declives mais acentuados que permitem a proliferação de um diversificado coberto vegetal.

Com esta actividade, pretendeu-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes neste Parque Natural, observar e identificar a sua diversidade florística e faunística. Pretendeu-se também descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respectivas tradições culturais, através da participação na Feira da Castanha e Festa do Castanheiro.

Foram realizados dois percursos pedestres interpretativos, em Marvão e em Galegos, com actividades de observação de fauna e flora, participaram nesta actividade cerca de 20 pessoas de vários pontos do país e ao longo de todo o fim-de-semana reinou a boa disposição e o convívio entre os participantes, tendo no final ficado a promessa de aqui regressarmos no próximo ano.

1os Encontros Ecológicos

Núcleo Regional de Portalegre

JOSÉ JANELA

Ao longo de três sessões realizadas ao final da tarde, foram abordadas temáticas de grande interesse

Com esta iniciativa, que teve o apoio da Escola Superior de Educação de Portalegre, pretendeu-se criar um espaço de reflexão e debate em torno de diversas temáticas ligadas ao Ambiente, procurando levar a todos os interessados, a opinião e o conhecimento dos oradores convidados para as diferentes sessões.

Esta primeira edição dos "Encontros Ecológicos" teve como pano de fundo a Serra de São Mamede, o seu enquadramento em termos físicos, biológicos e geológicos, e o papel que esta Serra, enquanto área protegida integrada na Rede 2000 (Rede Ecológica Europeia), pode desempenhar no desenvolvimento local e regional.

Ao longo de três sessões realizadas ao final da tarde, foram abordadas temáticas de grande interesse, procurando levar ao grande público assuntos plenos de relevância e actualidade.

Assim, no dia 4 de Dezembro, "O P.N.S.S. Mamede, o Turismo Sustentável e as Actividades de Animação Ambiental" estiveram em destaque. Foram convidados desta sessão, João Pargana, biólogo e técnico do ICNB, Armando Carvalho, director do Departamento de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo, e Peter Eden, operador de turismo de natureza no concelho de Marvão.

Ao longo de mais de duas horas de debate, foi possível constatar a opinião unânime que, para levar a cabo um "turismo de natureza" de qualidade, teremos acima que tudo que conservar o património natural existente, base fundamental desse turismo.

No dia 6 de Dezembro, Ana Paula D' Ascensão foi a oradora convidada para a sessão subordinada ao tema "Geologia da Serra de S. Mamede. A professora e geóloga teve oportunidade de apresentar algum do trabalho que desenvolveu no âmbito da sua tese de mestrado sobre os percursos de interesse geológico da Serra de S. Mamede.

Para além do evidente interesse que o tema despertou, foi também possível constatar que os vários locais de interesse geológico da Serra de S. Mamede podem ter uma aplicação didáctica para as escolas, assim como para a promoção do turismo de natureza.

No encerramento dos"1os Encontros Ecológicos", foi a vez de ouvir o Professor Jorge Paiva, botânico internacionalmente conceituado e professor aposentado da Universidade de Coimbra. O tema da "Relevância da Biodiversidade" foi o desenvolvido neste dia 11 de Dezembro.

Para além de temas como a origem da vida, a utilização medicinal e culinária de muitas espécies de plantas e a importância da biodiversidade para a vida na Terra, foi também possível abordar alguns assuntos que têm vindo a marcar a agenda ambiental da actualidade.

Como conclusão destas Jornadas, ficou a nota da necessidade de um cada vez maior e melhor conhecimento dos ecossistemas envolventes, de forma a que nestes possam ser levadas a cabo actividades humanas verdadeiramente sustentáveis. Ficou também demonstrado o interesse e a oportunidade da organização de um evento com estas características, que ao longo de três dias, levou à "capital" do Alto Alentejo algumas centenas de pessoas.

Arquitectura sustentável

A construção de edifícios e infra-estruturas tem um elevado impacto no ambiente e na qualidade de vida das populações, desde a extracção das matérias-primas necessárias, passando pela construção propriamente dita até à utilização dos edifícios.

Núcleo Regional do Porto

Sendo a arquitectura a arte de conceber um edifício, torna-se fundamental incorporar nela o desafio da sustentabilidade, criando projectos cada vez mais orientados para a optimização dos recursos.

De forma a promover a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável ao ciclo global da construção, o Núcleo Regional do Porto da Quercus está a organizar, para os dias 23 de Fevereiro, 29 de Março, 19 de Abril e 24 de Maio no Museu Nacional Soares dos Reis no Porto, as "Jornadas Quercus de Arquitectura Sustentável".

As Jornadas serão estruturadas em quatro painéis que cobrem todas as aproximações existentes relacionadas com a arquitectura sustentável.

Conservação e Uso Racional da Água onde se pretende abordar algumas das mais variadas tecnologias existentes na reciclagem de águas cinzentas e valorização de águas pluviais, bem como sistemas inovadores de redução de consumos, tendo já confirmados para este painel Eng.ª Elisabete Bertolo, a empresa Hidroprojecto com a apresentação do sistema de aproveitamento do esgoto para aquecimento e refrigeração de edifícios, um projecto desta empresa e das Águas do Porto e Eng.º Armando Silva Afonso com algumas características do projecto "Casa do Futuro", entre outros.

Materiais e Tecnologias inovadoras para a Construção Sustentável onde se pretendem apontar soluções abrangentes sobre critérios de sustentabilidade que podem ser usados pelo sector da construção como uma referência tais como a construção em madeira, coberturas ajardinadas, materiais ecológicos e iluminação natural em edifícios.

Sistemas de Avaliação e Certificação da Sustentabilidade de Edificações onde serão abordados os sistemas voluntários presentes em diversos países destacando-se, por exemplo, no Reino Unido o Sistema BREEAM (Building Research Establishment Environmental Assessment Method), nos EUA o Sistema LEED (Leadership in Energy & Environmental Design) apresentado através de um caso prático pela Arq. Inês Cabral, e por fim em Portugal o recente LiderA (Líder pelo Ambiente) apresentado pelo Eng. Manuel Duarte Pinheiro.

Cidades Sustentáveis onde se pretendem apontar soluções aos desafios relacionados com a construção, estimulando o debate em mesa redonda entre arquitectos de renome em jeito de conclusão de todos os painéis anteriores.

Programa e inscrições em:
http://jornadasquercus.blogspot.com
ou através do:
adrianafloret@quercusancn.org

Plantação de árvores

No passado dia 31 de Outubro de 2007 o Núcleo Regional do Porto celebrou os 22 anos da Quercus com os seus associados nas suas novas instalações na Quinta da Gruta, sita na Maia. Para além do tradicional bolo de aniversário e do licor de bolota, os convidados ainda se divertiram na realização de um Quizz Ambiental. Por cada pessoa presente e em parceria com a ANEFA (Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente) no âmbito do Projecto ProNatura, foi plantada durante o mês de Dezembro uma árvore de floresta autóctone em Ponte da Barca. Trata-se de uma área pública, ardida, onde foram plantados Cedros (*Cupressus lusitânica*), juntamente com outros milhares oferecidos por diversas entidades, ajudando assim a reflorestar o nosso país. Núcleo Regional do Porto

Mais um número da revista de Ambiente Raízes

Durante o mês de Janeiro é publicado um novo número da revista de Ambiente Raízes (n.º 34), onde se destaca como tema principal as ilhas Selvagens.

Núcleo Regional da Madeira

A Revista Raízes é um projecto de educação ambiental, que nasceu em 2001 através do Núcleo Regional da Quercus na Madeira e cujos objectivos são a sensibilização e informação da sociedade madeirense e portossantense relativamente às diversas temáticas ambientais e projectos desenvolvidos nessa área.

A Revista Raízes apresenta um formato A4, 32 páginas, 4 cores, tiragem de 1000 exemplares e, actualmente, periodicidade anual.

O primeiro número da revista foi lançado a 28 de Setembro de 2001. Sendo que durante os 4 primeiros anos manteve uma periodicidade mensal. Desde 2006 optou-se por uma periodicidade anual.

A revista é distribuída gratuitamente em algumas escolas da Região e aos sócios da Quercus residentes na Madeira e Porto Santo. Está também disponível em alguns pontos de venda na Madeira ao custo de 2 euros por exemplar.

TopTen

Eficiência Energética

A eficiência energética é o conceito chave do projecto TopTen, uma ferramenta de pesquisa on-line (www.topten.info) que fornece ao consumidor conselhos práticos e simples sobre quais as escolhas mais acertadas na compra de equipamentos domésticos e automóveis.

Sara Campos

Para além de ter em conta a eficiência destes produtos, o TopTen considera ainda outros factores como o ciclo de vida, o nível de qualidade e, claro, o impacto na saúde humana e no ambiente.

Ao classificar ecologicamente aparelhos como electrodomésticos, lâmpadas e automóveis, este projecto pretende alertar de que forma os consumos domésticos contribuem para o problema das alterações climáticas. Perante esta realidade, é utilizada uma dupla estratégia de incentivo. Por um lado, dos consumidores, tentando orientá-los de modo a conseguirem melhorar o seu desempenho ambiental no quotidiano. Por outro lado, pretende-se ir mais longe e com esta iniciativa pressionar os fabricantes, no sentido de incentivar a um aperfeiçoamento contínuo na produção dos equipamentos colocados no mercado, em prol de um melhor desempenho energético.

Este incentivo estende-se também aos distribuidores e vendedores, junto dos quais se pretende divulgar e instituir o factor da eficiência energética como critério de aconselhamento ao consumidor.

Lançado na Suíça em 2000 (www.topten.ch), o projecto TopTen estendeu-se rapidamente a outros países da Europa. A França foi a primeira a seguir o exemplo, quatro anos depois, lançando o seu website (http://www.wwf.fr/topten/). Seguiram-se a Áustria e a Holanda, cujos projectos TopTen podem ser consultados em http://www.topprodukte.at/ e http://www.top10.hier.nu/, respectivamente. As expectativas apontam para que mais cedo ou mais tarde muitos outros países construam o seu próprio TopTen e que o projecto de consolide a uma escala global.

TopTen em Portugal

Em Portugal o TopTen foi lançado este ano, no Dia da Energia - 29 de Maio. O Topten em Portugal é um projecto promovido pela EDP Distribuição, em pareceria com a Quercus e financiado pelo Plano para a Promoção de Eficiência no Consumo de Energia eléctrica, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Disponível em www.topten.pt, pretende, à semelhança dos parceiros europeus, instituir uma ferramenta acessível e didáctica de sensibilização para a causa da eficiência energética.

O TopTen.pt abrange neste momento três grandes áreas de aconselhamento energético: a iluminação, os electrodomésticos e o sector automóvel.

Áreas já desenvolvidas

O TopTen.pt abrange neste momento três grandes áreas de aconselhamento energético: a iluminação, os electrodomésticos e o sector automóvel.

Iluminação

Todas as lâmpadas apresentadas no TopTen.pt são fluorescentes compactas, sendo este o modelo mais eficiente disponível no mercado. A par deste critério, são também consideradas outras características na elaboração do ranking, tais como a eficiência energética, o tempo médio de vida, devendo estar garantido um mínimo de 12.000 horas (15.000 para as tubulares); os ciclos "ligar/desligar", que deverão ser cerca de 100.000 e, por fim, o Índice de Restituição Cromática (I.R.C.) que deverá ser igual ou superior a 801.

Para além destes parâmetros, é ainda necessária a concordância com a Decisão da Comissão n.º 2005/747/CE de 21 de Outubro de 2005, no âmbito da Directiva 2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, também conhecida por Directiva RoHS.

Automóveis

Para a elaboração do ranking relativo aos veículos automóveis, procede-se a uma eco-avaliação calculada. A partir desta, quanto mais elevado for o valor obtido melhor será o desempenho ambiental de cada modelo.

Este sistema de eco-avaliação em automóveis ligeiros de passageiros foi implementado pela Associação Suíça de Ambiente e Tráfego (ATE), em 1997, que o tem aplicado em parceria com as organizações Alemã e Austríaca suas associadas. No entanto, os créditos de autoria pertencem ao Instituto da Energia e do Ambiente (IFEU), sediado em Heidelberg, na Alemanha, que desenvolveu o sistema de eco-avaliação em paralelo com a agência federal do ambiente alemã.

Com base em informação científica permanentemente actualizada, este sistema de avaliação multi-critérios permite fazer a comparação de automóveis de acordo com o impacto destes quer no ambiente quer na saúde humana.

Para tal, definiram-se cinco tipos de impactos ambientais, a cada um dos quais foi atribuído um peso, a partir do qual se poderá avaliar cada modelo automóvel em específico:

- 40% de impacto de dióxido de carbono (CO2) e partículas (efeito de estufa);
- 20% de impacto em seres humanos do ruído de tráfego;
- 15% de impacto em seres humanos de substâncias cancerígenas;
- 20% de impacto em seres humanos de óxidos de azoto, hidrocarbonetos e partículas;
- 5% de impacto sobre a Natureza.

Máquinas de Lavar Roupa

Uma vez mais, a eficiência energética predomina como critério fundamental na selecção dos equipamentos e, como tal, todas as máquina de lavar roupa exibidas no TopTen.pt respeitam essa mesma exigência. Na composição do ranking são também considerados outros factores que dizem respeito à eficiência de lavagem e de centrifugação. Estes parâmetros estão divulgados no TopTen.pt, acompanhados das respectivas classes de eficiência:

- Eficiência Energética (Classe energética): A, A+ e A++
- Eficiência de Lavagem: A
- Eficiência de Centrifugação: A

Os dados relativos à classificação das máquinas estão presentes nas etiquetas de eficiência energética fornecidas pelos fabricantes, em conformidade com as directivas europeias.

Frigoríficos

Os frigoríficos e combinados são outros electrodomésticos também abrangidos pela selecção do TopTen. Dos equipamentos seleccionados constam apenas aqueles mais eficientes em termos energéticos disponíveis no mercado português. Para uma consulta mais eficaz possível, os vários modelos estão dispostos por categorias de frigoríficos e combinados e ainda de acordo com os tipos de instalação possíveis: livre ou de encastre; de uma ou duas portas.

Os electrodomésticos apresentados são todos de classe energética A++ ou A+, em conformidade com o sistema de rotulagem energética da União Europeia – a conhecida etiqueta energética.

O Topten pretende continuar a lançar outras categorias, de modo a abranger todos equipamentos que mais energias consomem no sector doméstico.

Pondere as suas escolhas.

Visite-nos em www.topten.pt

(1) Índice de Restituição Cromática (IRC) - Restituição Cromática representa a proximidade (IRC elevado) ou afastamento (IRC baixo) entre as cores observadas dos objectos iluminados com determinada lâmpada e iluminados com luz natural. A partir de um IRC igual a 80, inclusive, a proximidade muito boa. In: http://www.topten.pt/index.php?page=criterios_de_seleccao_lampadas_fluorescentes_compactas&fromid=119

de **olhos** no **futuro**

garantimos
qualidade de vida
no presente

**As nossas actividades principais são o abastecimento de água,
a recolha e tratamento de águas residuais e o tratamento e valorização de resíduos…**

…mas também produzimos electricidade a partir de fontes renováveis, através do aproveitamento energético do biogás produzido pelas lamas das ETAR e pelos resíduos depositados em aterro. E estamos a trabalhar com diversos parceiros no desenvolvimento de projectos para produção de electricidade a partir da energia eólica, energia solar térmica e fotovoltaica, biomassa e de micro-hídricas a instalar nas condutas de água ou nos interceptores de águas residuais.
Desta forma contribuímos para a redução dos gases com efeito de estufa, para a melhoria do ambiente e para um futuro mais sustentável.

Grupo AdP e o Ambiente: uma relação com presente e futuro.

ÁGUAS DE PORTUGAL

O presente projecto, co-financiado pela União Europeia, contribui para a redução das disparidades sociais e económicas entre os cidadãos da União Europeia

Quercus CIR

Centro de Informação de Resíduos

Nova Legislação

Resíduos de Construção e Demolição

Foi finalmente aprovado o Diploma específico, que regula os Resíduos de Construção e Demolição [RCD], que permitirá aplicar uma gestão adequada a este Fluxo, através da responsabilização e envolvimento dos vários intervenientes do sector, bem como pela aplicação de boas práticas ambientais.

Carmen Lima

A Quercus tem alertado para os problemas associados à especificidade do fluxo dos RCD, nomeadamente a heterogeneidade da sua caracterização [que vão desde os resíduos inertes, aos resíduos industriais, bem como resíduos perigosos], desconhecimento dos quantitativos produzidos, a quase total inexistência de triagem nos locais de produção, que aliado à ausência de controlo e regulamentação das operações de transporte e encaminhamento destes resíduos tem resultado na proliferação de empresas não licenciadas que laboram na recolha e aluguer de contentores, oferecendo preços convidativos. Esta realidade não só tem enfraquecido economicamente os operadores que laboram de forma adequada, como conduz a situações de manuseamento incorrecto e deposição ilegal de resíduos, com elevados impactes ambientais e sociais, conhecidas de todos.

Para contrariar o panorama actual, é fundamental adoptar uma diferente abordagem. As preocupações com a gestão dos RCD deveriam ser consideradas logo na fase de projecto, que se traduzem em opções muito simples como a selecção de materiais de construção com maior durabilidade, produzidos a partir de produtos reciclados, que não apresentem perigosidade (quer para o ambiente, quer para a saúde pública) e que após a sua remoção possam ser conduzidos para operações de reutilização ou reciclagem, estão na origem de uma adequada prevenção da produção de resíduos.

Aliada a estas medidas, surge ainda a opção por técnicas que permitam a aplicação e remoção dos materiais tendo em vista uma futura reutilização, como por exemplo os sistemas de encaixe.

IP

A reutilização de RCD é, do ponto de vista ambiental, uma óptima solução de gestão de resíduos.

Planos de Gestão de RCD

À semelhança do anteriormente referido, a gestão dos RCD terá que ser pensada durante a fase de concepção do edifício, sendo posteriormente planeada a sua fase de construção e desconstrução (ou intervenção). É neste sentido importante definir regras de gestão de resíduos em obra, que poderão ser representados por Planos de Gestão de Resíduos [ou Plano de Prevenção e Gestão de RCD].

Ora, a existência de uma regulamentação especifica permitirá não só regular a gestão destes resíduos logo no local de produção, como potenciar a reutilização de diversas fileiras, tais como os inertes, na própria obra. Assim, o referido diploma introduz uma ferramenta de planeamento da gestão de resíduos – Plano de Prevenção e Gestão de RCD, que obrigará o produtor a olhar para o seu estaleiro e organizá-lo de forma a que este esteja preparado a acondicionar os resíduos que vão sendo produzidos, enquanto estes aguardam o encaminhamento para destino final licenciado. Desta forma, consegue-se providenciar os meios adequados para o seu acondicionamento, como seleccionar o destino a dar a cada resíduo, seja a reutilização interna ou externa, como o encaminhamento para valorização.

Valorização dos RCD

A reutilização de RCD é, do ponto de vista ambiental, uma óptima solução de gestão de resíduos, devendo ser concretizada sempre que seja possível. A sua aplicação poderá ser realizada directamente no local de produção, ou recorrendo a instalações dedicadas para este fim. É neste ponto que podemos distinguir dois tipos de valorização: valorização de resíduos não inertes (tais como a madeira, metais, cartão, plástico, entre outros) e a valorização de resíduos inertes (agregados reciclados ou secundários, resultando de operações de triagem e trituração).

A valorização das fileiras inertes passa pela promoção da utilização de agregados reciclados, em substituição dos agregados primários provenientes da actividade extractiva. Esta mudança apenas poderá ser concretizada através da aplicação de medidas específicas, que permitam considerar este agregado secundário como uma verdadeira alternativa.

Sabendo que os inertes provenientes da actividade extractiva são abundantes no nosso país, apresentam preços concorrenciais, e não são alvo de qualquer taxa de extracção, não é certamente difícil perceber que se torna muito difícil escoar os materiais reciclados, sem se adoptar uma política no sentido da promoção do seu consumo.

Este incremento passa pela obrigatoriedade de incorporação de uma percentagem de agregados reciclados, nos projectos e cadernos de encargos de obras públicas, podendo ser um exemplo e uma referência para as obras particulares. Contudo, pelo que conhecemos do novo diploma1, esta situação não está contemplada.

Esta tendência poderia igualmente ser contrariada, à semelhança do que tem vindo a ser adoptado noutros países europeus, com a introdução de um ecovalor, a aplicar aos recursos naturais extraídos, sempre que para os mesmos exista uma alternativa reciclada. No entanto, qualquer medida implementada deverá ser controlada e avaliada, facto que poderia ser mensurável através da definição de metas de reciclagem e reutilização, estabelecidas de forma progressiva, tendo em vista a melhoria contínua.

ALINE DELGADO

As operações de reutilização das fileiras inertes dos RCD e a sua aplicação em obra, possuem já Especificações Técnicas, que o LNEC publicou e que regulam a utilização dos RCD na produção de material para agregados de betão, na produção de material para aterros, na produção de material para sub-base e base de estradas e na produção de material para misturas betuminosas.

De acordo com os princípios de hierarquia das operações de gestão de resíduos, a deposição surge como uma solução de fim de linha. É neste contexto que se torna fulcral a adopção de critérios que promovam a valorização dos mesmos, em detrimento da sua eliminação.

Entre outras medidas, a nova legislação regula a gestão dos RCD desde o local de produção, garantindo, a triagem e sua reutilização em obra, o encaminhamento para destinos finais autorizados, a limitação da sua deposição em aterro e a promoção do seu tratamento para a produção de agregados reciclados capazes de serem utilizados como substitutos de elementos naturais na construção de estradas, em especial na construção de bases e sub-bases de pavimentos rodoviários.

(1) Nota: este diploma remete algumas questões para outros dois diplomas, Código da Contratação Pública (CCP) e o Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização (RJEU), que também se encontravam em elaboração/revisão que não foi facultado à Quercus em tempo útil para respectiva análise.

Destaque

Qualidade da água para consumo humano em 2006

No dia 18 de Outubro de 2007, o Instituto Regulador de Águas e Resíduos apresentou o Relatório sobre a Qualidade da Água para Consumo Humano referente ao ano de 2006. O relatório apresenta uma apreciação do desempenho das entidades gestoras, no que respeita à apresentação do programa de controlo da qualidade, ao número e tipo de análises efectuadas e ao cumprimento dos diversos parâmetros de qualidade da água para consumo humano.

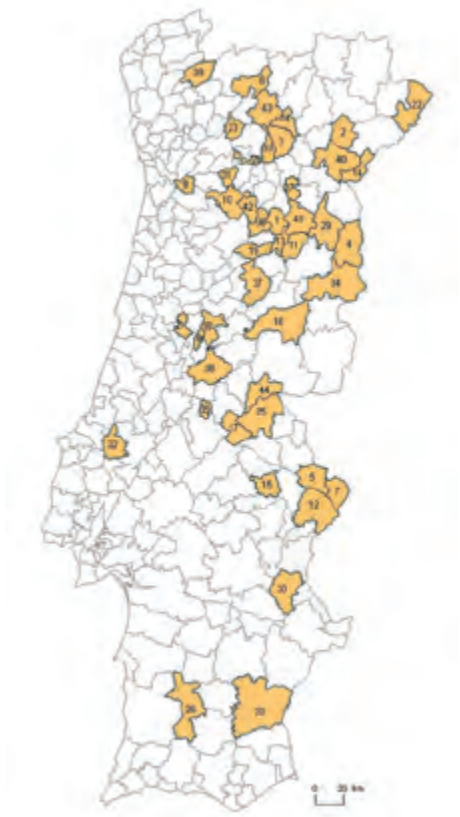


Fig. 1 – Localização dos concelhos de Portugal Continental com maior percentagem de incumprimento de valores paramétricos (> 5%)

Sandra Oliveira

Relatório sobre a Qualidade da Água,

referente ao ano 2006

LF

O relatório de controlo da qualidade da água começou a ser elaborado em 1993 pelo Instituto do Ambiente. Desde 1998, o relatório passou a ser elaborado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), criado pelo Decreto-Lei n.º 230/97, de 30 Agosto, "ao qual incumbe exercer funções reguladoras nos sectores da água de abastecimento público, das águas residuais comunitárias e dos resíduos sólidos urbanos" (artº 21º), e cujo objecto, definido posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, é "assegurar a qualidade dos serviços prestados pelos sistemas multimunicipais e municipais de água de abastecimento público, de águas residuais urbanas e de resíduos sólidos urbanos, supervisionando a concepção, execução, gestão e exploração dos sistemas, bem como garantir o equilíbrio do sector e a sustentabilidade económica desses sistemas" (artº 4º, cap. III).

A Qualidade da Água para Consumo Humano é enquadrada por diversos documentos legais, dos quais se destacam:

- Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, que transpõe a Directiva n.º 80/778/CEE, do Conselho, de 15 de Julho

- Decreto-Lei nº 243/2001, de 5 de Setembro, que transpõe a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro. Este decreto foi alterado recentemente pelo Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto.

O Relatório de 2006

A análise da qualidade da água é realizada por tipo de entidade: entidades gestoras em baixa (entidade responsável por um sistema destinado, no todo ou em parte, ao armazenamento, à elevação e à distribuição de água para consumo público aos sistemas prediais, aos quais liga através de ramais de ligação) e entidades gestoras em alta (a entidade responsável por um sistema destinado, no todo ou em parte, ao represamento, à captação, à elevação, ao tratamento, ao armazenamento e à adução de água para consumo público; entidades multimunicipais ou intermunicipais). As conclusões aqui apresentadas são respeitantes a 278 concelhos de Portugal Continental e 19 concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Para além disso, é feita igualmente uma apreciação da qualidade da água nos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Uma das primeiras conclusões que se podem retirar do relatório referente ao ano de 2006 é o aumento significativo de utilização de águas superficiais para abastecimento, em detrimento da utilização de águas subterrâneas; em 2006, as águas superficiais correspondem a 64,94%, contra 18% em 1993.

A utilização de águas superficiais para consumo provoca uma sobrecarga para os rios e os ecossistemas ribeirinhos, uma vez que as águas superficiais são também utilizadas para abastecimento hidroeléctrico e irrigação. Para além disso, os rios são receptores directos de águas residuais (muitas vezes não tratadas devidamente), o que pode implicar um aumento do custo de tratamento da água para abastecimento.

Relativamente aos programas de controlo da qualidade da água, verificou-se que todas as entidades gestoras de Portugal Continental e da Região Autónoma dos Açores (a Região Autónoma da Madeira é regida pela Direcção Regional do Ambiente, que deve comunicar ao IRAR as informações necessárias) submeteram à apreciação do IRAR o programa de controlo da qualidade da água para consumo humano (entregues

Em Portugal Continental, 44 concelhos (15,8%) apresentaram percentagens de incumprimento dos valores paramétricos superior a 5%

1 - Aguiar da Beira	2 - Alfândega da Fé
3 - Alijó	4 - Almeida
5 - Arronches	6 - Boticas
7 - Campo Maior	8 - Castanheira de Pêra
9 - Castelo de Paiva	10 - Castro Daire
11 - Celorico da Beira	12 - Elvas
13 - Fornos de Algodres	14 - Freixo de Espada à Cinta
15 - Fronteira	16 - Fundão
17 - Gavião	18 - Góis
19 - Mangualde	20 - Mértola
21 - Miranda do Corvo	22 - Miranda do Douro
23 - Mondim de Basto	24 - Murça
25 - Nisa	26 - Ourique
27 - Penedono	28 - Peso da Régua
29 - Pinhel	30 -Reguengos de Monsaraz
31 - Resende	32 - Rio Maior
33 - Sabrosa	34 - Sabugal
35 - Sardoal	36 - Sátão
37 - Seia	38 - Sertã
39 - Terras de Bouro	40 - Torre de Moncorvo
41 - Trancoso	42 - Vila Nova de Paiva
43 - Vila Pouca de Aguiar	44 - Vila Velha de Ródão

Na Região Autónoma dos Açores, foram 9 concelhos (47,4%):

1 - Calheta	2 - Horta
3 - Lajes das Flores	4 - Lajes do Pico
5 - Nordeste	6 - Povoação
7 - Santa Cruz de Graciosa	8 - Velas
9 - Vila Franca do Campo	

IDALINA PERESTRELO

em Setembro de cada ano e avaliados pelo IRAR até Dezembro desse ano). 4 destes programas, de entidades gestoras em baixa, não foram aprovados (cerca de 1.11%); em relação a 2004, representa um acréscimo substancial de mais de 50% de aprovação de planos e cerca de 8% em relação a 2005.

Em relação às inspecções e supervisões realizadas pelo IRAR, verificou-se um aumento significativo em relação a 2005, mas longe da meta de inspeccionar todas as entidades gestoras (apenas 50% no Continente, 0% nos Açores, em 2006). Salientam-se alguns dos problemas detectados nas inspecções e que devem ser resolvidos com urgência, nomeadamente a não publicitação trimestral dos dados de qualidade, a falta de comunicação de incumprimentos dos valores paramétricos à autoridade de Saúde, a identificação das causas dos incumprimentos, o que dificulta a resolução dos problemas, e as falhas na adopção de medidas correctivas correspondentes, esta última sendo uma falha muito grave pelos riscos que pode implicar para a saúde dos consumidores.

Entidades gestoras em baixa

Análises em falta

Houve uma diminuição no total de percentagem de análises em falta, de 3, 69% em 2005 para 1,29% em 2006.

O número de análises efectuadas foi 22,72% superior ao número de análises obrigatórias, o que se traduz num acréscimo de segurança para os consumidores; no entanto, em 2005, este número era um pouco superior (26,10%).

Em 2006, 197 concelhos não registaram análises em falta (66,33%). 33% dos concelhos do país registaram análises em falta. 50 concelhos apresentaram percentagens de análises em falta superiores à média nacional de 1,29%, com mais de 8%.

Os concelhos com maior percentagem de análises em falta (superior a 15%) foram: Almeirim, Figueira de Castelo Rodrigo, Lousada, Mora e Rio Maior, no continente, e Laje das Flores, Santa Cruz das Flores e Horta na Região Autónoma dos Açores.

Continua a haver concelhos com uma percentagem relativamente elevada de análises em falta. É preciso ter atenção a esta questão, averiguar quais são as razões para estes incumprimentos e tomar medidas para os solucionar.

Denotam-se desde há vários anos desigualdades no acesso a recursos humanos, técnicos e financeiros: as zonas de abastecimento com menos de 5000 habitantes apresentam valores de incumprimento mais elevados. Representam apenas 19,20% da população servida mas representam 80,28% das análises em falta. Pelo contrário, as 28 zonas que servem mais de 50 000 habitantes e que representam 41,12% da população servida totalizam 0,15% das análises em falta (0,92% em 2005) e 3,92% dos incumprimentos dos valores paramétricos (3,91% em 2005). No interior do país, o povoamento é disperso e obriga à existência de um maior número de zonas de abastecimento, dificultando a gestão dos recursos. No litoral, a concentração de população é significativamente maior,

IDALINA PERESTRELO

o que permite uma gestão mais eficiente e um maior acesso a determinados recursos. Estas desigualdades devem ser investigadas e resolvidas convenientemente.

Os parâmetros com maior percentagem de análises em falta foram: pesticidas (4,53%), trihalometanos (4,22%), HAP (2,21%) e benzo(a)pireno (2,09%) nos parâmetros obrigatórios e o alumínio (2,38%) e clostridium perfringens (1,76%) nos parâmetros indicadores.

O elevado custo para a pesquisa de parâmetros (razão apresentada para os pesticidas) não pode ser "desculpa" para não cumprir o que está na lei. Têm que ser criadas todas as condições técnicas e financeiras para cumprir a legislação e garantir a qualidade de água para consumo humano.

Incumprimento de valores paramétricos

A percentagem de incumprimento dos valores paramétricos aumentou de 2,53% em 2005 para 2,79% em 2006; segundo o IRAR, uma possível justificação para este incremento é o aumento da exigência no cumprimento dos valores, o que não deve ser, de forma alguma, razão para falhas no cumprimento dos parâmetros de qualidade; as exigências têm que ser cumpridas.

Os incumprimentos dos valores paramétricos continuam a verificar-se essencialmente nos parâmetros bactérias coliformes, Escherichia coli, enterococos, pH, ferro, manganês, alumínio e arsénio. Esta tendência já se verifica desde 2004 e é imprescindível descobrir as causas dos incumprimentos e solucioná-los. Os parâmetros microbiológicos continuam a apresentar uma percentagem de incumprimentos relativamente elevada (bactérias coliformes, Escherichia coli e enterococos), o que pode ter impactes sérios para a saúde humana.

- O parâmetro pH é, tal como em 2004 e em 2005, aquele que apresenta uma maior percentagem de incumprimentos, sendo em 2006 de 20,43% (19,44% em 2004 e 17,36% em 2005);
- As bactérias coliformes continuam a apresentar uma significativa percentagem de incumprimentos, apresentando uma tendência crescente desde 2004 (6,39% em 2004, 6,85% em 2005 e 7,27% em 2006);
- Quanto à Escherichia coli, acompanha a tendência verificada para as bactérias coliformes (2,06% em 2004, 2,26% em 2005 e 2,94% em 2006);
- Da mesma forma, os enterococos revelam uma tendência crescente quanto a incumprimentos (3,39% em 2004, 3,74% em 2005 e 4,78% em 2006);
- O parâmetro ferro apresentou uma percentagem média global de incumprimentos do seu valor paramétrico de 6,36% (4,72% em 2004 e 5,61% em 2005);
- O manganês, registou um aumento da percentagem de incumprimentos, de 3,18% em 2004 para 4,19% em 2006, tendo sido de 3,66% em 2005;
- O alumínio apresenta desde 2004 uma ligeira tendência para subir (1,95% em 2004, 2,23% em 2005 e 2,75% em 2006);
- O arsénio, que, por força da alteração do seu valor paramétrico, tinha registado um aumento considerável da sua percentagem de incumprimento em 2004, estabilizou em 2006, quando se compara com os valores de 2005 (2,83% em 2005 contra 2,85% em 2006); em 2001, o valor máximo de arsénio permitido diminuiu de 50 ?g/l para 10?g/l, estipulado pelo Decreto-Lei nº 243/2001, de 5 de Setembro, cumprindo os requisitos de uma directiva europeia.
- Os parâmetros chumbo e níquel viram em 2006 as suas percentagens de incumprimento dos valores paramétricos aumentar, em resultado da publicação da Recomendação IRAR n.º 08/2005, a qual estabelece que, para a pesquisa destes metais, seja recolhido o primeiro litro de água sem escoamento prévio, à semelhança do que acontece na maioria dos países da União Europeia.

O incumprimento nos valores de arsénio, alumínio e chumbo é preocupante. Em concentrações elevadas (acima de 10 microgramas por litro de água potável, segundo a Organização Mundial de Saúde), o arsénio, por exemplo, pode provocar vários tipos de cancros, como o de pele, pâncreas e pulmão, além de impactes no sistema nervoso, malformação neurológica e abortos.

Estes incumprimentos têm que ser resolvidos, e se, como o IRAR advertiu, o problema deriva também do estado de conservação das redes prediais, a renovação das redes torna-se essencial e urgente e devem ser coordenados esforços nesse sentido.

44 concelhos de Portugal Continental (15,8%) apresentaram percentagens de incumprimento dos valores paramétricos superior a 5% (Fig. 1).

Concelhos com mais de 50 mil habitantes

Existem 51 concelhos com mais de 50 mil habitantes, representando 62,8% da população servida.

As entidades gestoras destes concelhos são normalmente dotadas de mais meios técnicos e financeiros, o que se repercute no desempenho superior à média nacional que têm vindo a demonstrar nos últimos anos.

Os concelhos de Albufeira, Barcelos, Moita e Vila Franca de Xira apresentam os valores mais elevados de análises em falta, entre 0,83 e 1,71%.

Os concelhos de Alcobaça, Covilhã, Ovar, Ponta Delgada, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu apresentam as maiores percentagens de incumprimento dos valores paramétricos, entre 2,13 e 4,82%.

O tipo de parâmetro não cumprido varia sensivelmente entre os vários concelhos.

Entidades gestoras em alta

Existem 21 entidades gestoras em alta (intermunicipais e multimunicipais) em Portugal.

A origem da água utilizada por estas entidades provém 85,5% de águas superficiais e 14,5% de águas subterrâneas, valores superiores aos apresentados pelas entidades gestoras em baixa. Salienta-se que a percentagem de águas superficiais diminuiu cerca de 4% desde 2004.

As análises em falta corresponderam a 0,03% do total, valor que tem diminuído desde 2004. Os parâmetros não analisados são os nitritos, pesticidas, trihalometanos, HAP, alumínio, tetracloroeteno e tricloroeteno.

As diversas entidades gestoras em alta apresentam desempenhos diferenciados em relação a este critério. As entidades que apresentam os desempenhos menos satisfatórios são as Águas de Santo André e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O incumprimento dos valores paramétricos atingiu 0,43%, sendo os principais parâmetros ferro, manganês, pH, alumínio e bactérias coliformes.

Em relação a este critério, as entidades com desempenho menos satisfatório foram a Associação de Municípios de Enxoé, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Minho e Lima, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Águas do Norte Alentejano, Águas do Centro e Águas do Ave.

Apesar dos incumprimentos que ainda se verificam, nota-se um esforço crescente das entidades gestoras para cumprirem a legislação e do IRAR para fazer cumprir o que está estabelecido. O cumprimento da legislação e a manutenção de elevados níveis de qualidade da água para consumo humano devem ser exigências de todos nós, porque a água que consumimos é um suporte básico de vida, mas pode também tornar-se uma potencial fonte de problemas de saúde, os quais deverão ser, a todo o custo, evitados.

Para mais informação: Relatório de Qualidade da Água para Consumo Humano, 2006, IRAR

Azevinho

Um sobrevivente da idade do gelo

O azevinho (*Ilex aquifolium L.*) é um dos elementos da floresta sempre-verde (*Laurissilva*) que outrora, antes das glaciações, cobriu o nosso país. Sobreviveu ao período glaciar e, tal como o folhado (*Viburnum tinus*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o loureiro (*Laurus nobilis*), entre outros, encontraram refúgio nas florestas de caducifólias.

Andreia Gama

L. FERNANDES

O azevinho é uma referência da época natalícia. Desde crianças que nos habituamos a fazer desenhos de Natal onde introduzimos as suas folhas e frutos. Talvez por isso este artigo devesse ter saído na edição anterior do Quercus Ambiente, mas achei por bem escrever sobre a Gilbardeira, a qual também é muito utilizada no Natal em substituição do azevinho. Mas, nesta edição, não resisti a escrever sobre este belo arbusto/árvore – o azevinho – porque o Natal passado ainda está fresco na nossa memória, e talvez porque esta é uma espécie que tem um brilho especial nesta época, não apenas pelos seus frutos vermelhos, mas pelo seu verde lustroso que ilumina as florestas e jardins em que se insere.

O azevinho, uma das espécies com protecção legal em Portugal (Decreto-Lei n.º 423/1989, de 4 de Dezembro), corre alguns riscos de extinção, e não apenas devido à sua utilização para fins decorativos tão apreciados na época natalícia, mas devido essencialmente à degradação crescente do seu habitat natural. Esta espécie procura o seu refúgio nas formações arbóreas de caducifólias, ou seja, o carvalhal caducifólio é por excelência o habitat do azevinho. Mas, infelizmente, estes habitats são cada vez mais raros. Por sua vez, a germinação das suas sementes bem como o crescimento vegetativo, ambos lentos, tornam-se outro factor que coloca esta espécie em risco de extinção.

Indígena de Portugal, o azevinho pertence à família das Aquifoliaceae, de árvores ou arbustos dióicos (com flores unissexuadas –flores masculinas e femininas em indivíduos diferentes). Na Madeira e nos Açores encontramos mais duas espécies desta família, o Ilex perado, endémico dos Açores e da Madeira, e o Ilex canariensis, endémico da Madeira e das Canárias. Uma outra espécie muito conhecida deste género, mas nos países da América do Sul, é o Ilex paraguariensis, utilizado para a preparação do chá mate.

O azevinho é uma planta de elevado interesse ornamental, não apenas por se manter sempre verde, mas especialmente pelas suas bagas vermelhas que apenas aparecem nas plantas femininas. Por vezes é difícil de distingui-lo do Ilex * altaclerensis (Loudon) Dallim., um híbrido frequente em jardinagem. É um arbusto/árvore de crescimento lento, que pode viver 100 anos ou mais.

L. FERNANDES

Os azevinhos gostam de solos frescos e profundos, precisam de um nível adequado de água, sendo a geada um dos seus principais inimigos. Nativa das regiões temperadas (Norte de África, Europa ocidental e meridional e Ásia), em Portugal encontra-se espontaneamente nas serras ocidentais, nas zonas de influência atlântica. Pode ser encontrado até aos 1500 m de altitude. Esta espécie foi introduzida na América do Norte e Austrália, onde é por vezes considerada uma planta invasora.

Os seus frutos são pequenas drupas esféricas que amadurecem no final do Verão e perduram durante todo o Inverno com o seu vermelho intenso. Não são comestíveis, contudo alguns animais consomem ocasionalmente ínfimas quantidades que têm um papel importante para o seu equilíbrio fisiológico.

As suas folhas verde escuras sugerem que se lhes "puxou o lustro", sendo espinhosas nas margens. Porém, as folhas que se encontram mais alto nos exemplares maiores, possuem margens praticamente sem espinhos, o que muito provavelmente se deverá ao facto de nessas partes da planta já não haver o risco das folhas serem comidas por animais, não precisando assim da defesa dos espinhos.

A sua madeira é dura, homogénea e bastante pesada, de cor branca acinzentada, utilizada em trabalhos de marcenaria.

Apesar das suas folhas e frutos serem venenosos, o azevinho possui poderes medicinais, propriedades aperitivas, anti-reumáticas, diuréticas, anti-piréticas, etc. Alguns autores referem que até há dois séculos atrás, a folhagem dos rebentos novos era usada como alimento, de grande valor nutritivo, para animais sujeitos a grandes esforços. Os cavalos dos militares receberiam, então, um suplemento alimentar de folhas de azevinho. Alguns estudos verificaram o elevado valor calórico de ramos novos retirados de árvores repetidamente desramadas em épocas em que se exigiam mais esforços.

O azevinho, como já referido, tem uma forte ligação às tradições natalícias cristãs, mas também às tradições pagãs, sendo considerada uma planta de poderes mágicos. Durante o solstício de Inverno, as civilizações pagãs tinham por hábito decorar as suas casas com ramos de azevinho, pois acreditavam nos seus poderes. Em Inglaterra era considerada uma planta sagrada. Entre os romanos, o azevinho era utilizado como presente, sendo considerado um símbolo de paz e felicidade. Segundo uma lenda, Baco ao atravessar Inglaterra ficou tão encantado com a beleza desta ilha que lá plantou azevinho como uma lembrança especial. Os druidas celtas usavam-no como antídoto contra venenos. A sua ligação com as tradições cristãs vem da lenda que refere que o azevinho escondeu o menino Jesus nos seus "braços", na fuga da Sagrada Família para o Egipto, protegendo-o desta forma dos soldados de Herodes. Em agradecimento, Maria deu-lhe o privilégio de manter as suas folhas sempre verdes.

Ficha técnica

Família: Aquifoliaceae
Género: Ilex
Espécie: *Ilex aquifolium L.*
Nome vulgar: Azevinho; Azevinho espinhoso; Espinha-sempre-verde; Zebro; Pica-folhas; Pica-ratos; Visqueiro; Aquifólio; Teio; Vidreiro (Gerês).
Época de floração: Maio - Junho.
Época de frutificação: amadurecem no final do Verão e perduram durante o Inverno.
Descrição: Arbusto ou árvore de folha persistente, crescimento lento que pode atingir até 20 m de altura, de copa cónica e estreita. Espécie dióica (flores unissexuadas que ocorrem em indivíduos diferentes). Casca lisa, cinzenta, tornando-se rugosa com a idade.
Folhas: alternas, de forma ovalada, margem ondulada e espinhosa (encontrando-se nas partes mais altas de exemplares maiores, folhas quase sem espinhos), 5 – 12 cm de comprimento, coriáceas, com uma forte nervura marginal verde clara, glabras, verde-lustroso na página superior e verde-mate na página inferior da folha.
Flores: pequenas (até 1 cm de diâmetro), brancas, funcionalmente unissexuais (masculinas, com anteras – parte do estame onde se forma e que contem o pólen - grandes e um ovário abortivo; femininas, com anteras pequenas e um ovário grande).
Fruto: drupa – carnudo, globuloso, com 4 a 5 sementes; pequeno, vermelho.
Habitat: acompanha o coberto vegetal natural de características atlânticas e subatlânticas da Europa, encontrando no carvalhal caducifólio o seu habitat, assim como nas margens de cursos de água; por vezes é pioneira nas áreas temperadas.
Distribuição: Nativa das regiões temperadas (Norte de África, Europa ocidental e meridional e Ásia), em Portugal encontra-se espontaneamente nas serras ocidentais, nas zonas de influência atlântica.
Curiosidades: O cozimento das folhas frescas é sudorífico e febrífugo. A família das Aquifoliaceae, à qual pertence o azevinho, possui uma via metabólica capaz de levar à produção de cafeína.

Garça-Boieira

A garça dos bois

Quem viaja regularmente pelo sul do país não pode deixar de reparar nos bandos de aves brancas que frequentemente acompanham os tractores e o gado bovino – são as garças-boieiras e pertencem à família dos ardeídeos. Esta espécie, que na Europa se distribui quase exclusivamente pela Península Ibérica, é a mais comum das nossas garças.

Gonçalo Elias

GONÇALO ELIAS

A garça-boieira é ave fácil de identificar, mercê da sua relativa abundância e do facto de ser vista muitas vezes à beira da estrada ou no meio do gado bovino (facto que explica o seu nome vernáculo). Também pode ser vista em associação com gado ovino e equino e mesmo com maquinaria agrícola de todo o tipo, desde tractores com arado até debulhadoras de arroz.

A dieta da garça-boieira é composta principalmente por invertebrados, como gafanhotos, aranhas e moluscos; contudo, no Alentejo esta garça é conhecida por carraceiro, o que leva a supor que nalgumas zonas também se alimente de carraças.

Mas afinal o que leva estas aves a associarem-se ao gado com tanta frequência? A resposta está no número de insectos que o gado atrai e também no facto de o terreno revolvido por máquinas e animais deixar a descoberto pequenos invertebrados que vivem no subsolo. Assim, as garças-boieiras aproximam-se, tentando tirar partido da disponibilidade alimentar provocada pela presença de animais ou máquinas. Por vezes as garças mantêm-se a uma distância tão pequena das máquinas, que custa a crer que não haja acidentes.

Até há alguns anos, as lixeiras a céu aberto eram também muito apreciadas por estas aves, que aí se dirigiam para procurar alimento e na década de 1990 foram levados a cabo, pelo então Instituto da Conservação da Natureza, alguns censos de aves em lixeiras. Actualmente, as lixeiras foram erradicadas, mas esporadicamente a espécie pode ser vista em aterros sanitários.

Colónias e dormitórios

Tal como a maioria dos outros membros da sua família, a garça-boieira é uma espécie colonial. As suas colónias, que podem compreender centenas ou mesmo milhares de casais, são geralmente estabelecidas em árvores, preferencialmente sobre a água, uma vez que isso proporciona protecção contra os predadores terrestres. No entanto, algumas colónias situam-se em árvores longe de água, por vezes junto a estradas, o que resulta numa elevada mortalidade das crias, que acabam por ser vítimas de atropelamento.

GONÇALO ELIAS

No Algarve existem algumas colónias em ilhéus rochosos, principalmente na zona de Lagos. As colónias são geralmente ocupadas em finais de Março ou inícios de Abril e as crias voam durante o mês de Junho.

No Inverno a garça-boieira forma dormitórios que podem reunir muitas centenas de aves. Embora pontualmente estes dormitórios possam estar nas imediações das colónias, a maioria está situada noutros locais, muitas vezes junto a linhas de água, como por exemplo em canaviais, pequenas ilhas nos rios ou árvores. Ao fim do dia, um pouco antes do pôr-do-sol, é frequente ver bandos de garças a voar na mesma direcção: são as aves que se dirigem para os seus dormitórios.

Passado e presente

Durante a época de nidificação, a distribuição da garça-boieira coincide principalmente com a metade sul do país e as colónias desta espécie encontram-se, na sua grande maioria, a sul do Tejo. Conhecem-se apenas algumas colónias um pouco a norte deste rio, nomeadamente no Ribatejo (zona da Golegã) e no distrito de Castelo Branco.

Mas nem sempre foi assim: há cerca de 30 anos a garça-boieira nidificava na região de Aveiro. Aliás, esse facto está na origem da criação da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto. Esta foi criada pelo Decreto-Lei nº 41/79 de 6 de Março, sendo um dos seus objectivos o de "conservação do património faunístico, onde se destaca a colónia de garças mais setentrional do país". Ironicamente, no ano de criação da reserva, a colónia desapareceu e nunca mais se estabeleceu na zona. A Reserva é hoje mais conhecida pela sua "pateira", que é, na verdade, um lago artificial que aqui foi instalado posteriormente.

Não sendo verdadeiramente uma espécie migradora, a garça-boieira apresenta alguma tendência para realizar movimentos dispersivos após a época de nidificação, movimentos esses que podem atingir amplitudes consideráveis. A realização de actividades de anilhagem permitiu descobrir que existem movimentos de grande amplitude entre Portugal e Espanha, não sendo assim de estranhar que, no Inverno, a espécie apresente uma distribuição bastante mais ampla e apareça com alguma regularidade no norte do país (Minho, Trás-os-Montes, Região do Porto). Existem também diversos registos da sua ocorrência nos Açores e na Madeira, mas não se sabe se as aves que aí ocorrem são oriundas de Portugal Continental ou provêm de outras regiões (Espanha, França, Norte de África).

A distribuição da garça-boieira na Europa sofreu uma grande expansão ao longo dos últimos 80 anos. Com efeito, no século XIX a sua distribuição europeia encontrava-se restrita à Andaluzia. A nidificação em Portugal terá ocorrido a partir de 1930 (embora se suspeite que tenha havido uma regressão relativamente a séculos anteriores). Actualmente, a Península Ibérica alberga 50 mil a 100 mil casais, o que representa mais de 90% da população europeia desta espécie; existem também alguns milhares de casais em França e algumas centenas em Itália (Sardenha). No entanto, a população europeia é pouco importante à escala mundial: a espécie distribui-se também por África e pelo sul da Ásia e, ao longo do século XX a sua tendência dispersiva levou-a a colonizar a América do Sul e, posteriormente, a América do Norte (começando pela Florida). No outro lado do mundo, a colonização chegou também à Austrália e a espécie até já foi observada na Antártida.

Ficha técnica:

Nome vulgar: Garça-boieira
Outros nomes vulgares: Carraceiro
Nome científico: *Bubulcus ibis*
Dimensão: 45-52 cm
Descrição: durante o Inverno a plumagem é branca, o bico é amarelo e as patas são pretas; na época de nidificação a plumagem adquire tons alaranjados na cabeça e no dorso, enquanto que o bico e as patas também ficam desta cor.
Espécies semelhantes: a garça-branca-pequena, que muitas vezes nidifica em conjunto com a garça-boieira, tem a plumagem totalmente branca (sem nuances alaranjadas), o bico mais comprido e as patas pretas com os dedos amarelos.
Habitat: frequenta principalmente zonas agrícolas abertas, apreciando a proximidade de gado ou de maquinaria agrícola em movimento; ocasionalmente também ocorre em meio urbano, tendo já sido vista no Parque de Serralves (Porto) ou nos baldios ao longo da Segunda Circular (Lisboa).
Distribuição: durante a época de nidificação ocorre principalmente a sul do Tejo, onde se situa a maioria das suas colónias; no Outono e no Inverno também ocorre na metade norte do país, havendo registos no Porto, no Minho e em Trás-os-Montes.
Estatuto migratório: residente e dispersiva; embora em muitos locais do sul do país a espécie possa ser vista durante todo o ano, existem numerosos registos de aves anilhadas em Portugal e recuperadas em Espanha e vice-versa.

Legislação Ambiental

ÁGUA

• **DR 207 SÉRIE I de 2007-10-26**
Decreto-Lei n.º 353/2007 - MAOTDR
Estabelece o procedimento de delimitação do domínio público hídrico

• **DR 217 SÉRIE I de 2007-11-12**
Portaria n.º 1450/2007 - MAOTDR
Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos

• **DR 238 SÉRIE I de 2007-12-11**
Decreto Regulamentar n.º 85/2007 - MAOTDR
Classifica as albufeiras de Sambade, Pretarouca, Pinhão, Olgas e Ferradosa, como albufeiras de águas públicas protegidas

AR

• **DR 204 SÉRIE I de 2007-10-23**
Decreto-Lei n.º 351/2007 - MAOTDR
Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro, estabelecendo valores alvo para as concentrações de arsénio, cádmio, mercúrio, níquel e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA

• **DR 204 SÉRIE I de 2007-10-23**
Portaria n.º 1380/2007 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal do Arade, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Silves, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra e Alferce, municípios de Silves e Monchique
Portaria n.º 1381/2007 - MADRP
* Cria a zona de intervenção florestal de Alfátima, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Moimenta da Serra, Mangualde da Serra, Aldeias, Paços da Serra, Santa Marinha, Seia e Sabugueiro, municípios de Gouveia e Seia

• **DR 211 SÉRIE I de 2007-11-02**
Decreto-Lei n.º 364/2007 - MADRP
Prorroga por mais três anos o prazo de vigência das medidas de carácter excepcional e transitório destinadas à regularização da situação jurídica de prédios rústicos sitos em áreas florestais, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2005, de 17 de Agosto

• **DR 224 SÉRIE I de 2007-11-21**
Portaria n.º 1497/2007 - MADRP
Cria na área da Circunscrição Florestal do Centro a área de refúgio de caça Azevo, Ervedosa, Santa Eufémia e Coriscada, sita nas freguesias de Azedo, Ervedosa e Santa Eufémia, município de Pinhel

• **DR 227 SÉRIE I de 2007-11-26**
Portaria n.º 1509/2007 - MADRP
Define os vários tipos e validade das licenças de caça

• **DR 236 SÉRIE I de 2007-12-07**
Portaria n.º 1549/2007 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal do Castelo englobando vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Mação, Aboboreira, Amêndoa e Carvoeiro, município de Mação
Portaria n.º 1551/2007 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal das Romãs, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Romãs, município de Sátão

• **DR 239 SÉRIE I de 2007-12-12**
Portaria n.º 1579/2007 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Aldeia de Eiras, englobando vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Amêndoa, Mação e Carvoeiro, município de Mação

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR

• **DR 211 SÉRIE I de 2007-11-02**
Decreto-Lei n.º 363/2007 - MEI
Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de micro-produção

• DR 236 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2007-12-07
Portaria n.º 1554-A/2007 – MAP; MAOTDR; MEI; MADRP; MOPTC
*Fixa as regras para atribuição de quotas de isenção do imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP). Revoga a Portaria n.º 1391-A/2006, de 12 de Dezembro

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• DR 214 SÉRIE I de 2007-11-07
Decreto n.º 27/2007 - MADRP
Exclui do regime florestal parcial uma área de 47,2 ha situada no perímetro florestal das Dunas de Mira, a qual se destina à implementação de um empreendimento turístico, e submete ao regime florestal parcial uma área de 104,2948 ha, a qual é integrada no perímetro florestal das Dunas de Mira

• **DR 221 SÉRIE I de 2007-11-16**
Portaria n.º 1474/2007 - MAOTDR
Regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração e da revisão do plano director municipal.

• **DR 234 SÉRIE I de 2007-12-05**
Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2007/A – RAA - PG
Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da Ilha de São Miguel

• **DR 238 SÉRIE I de 2007-12-11**
Decreto n.º 31/2007 - MDN
Procede à revisão da servidão militar, terrestre e aeronáutica, das zonas confinantes com as instalações da Base Aérea n.º 1, localizadas na Granja do Marquês, no município de Sintra

• **DR 243 SÉRIE I de 2007-12-18**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2007 - PCM
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Benavente

• **DR 246 SÉRIE I de 2007-12-21**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2007 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas e altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Alvito e de Ferreira do Alentejo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2007 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara e altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Odemira e de Ourique
Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2007 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira e altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Carregal do Sal, de Mortágua, de Penacova, de Santa Comba Dão, de Tábua e de Tondela
Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever, altera parcialmente a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Castelo de Paiva, de Cinfães, de Gondomar, de Marco de Canaveses, de Penafiel e de Santa Maria da Feira e procede à delimitação parcial da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vila Nova de Gaia

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS
* DR 213 SÉRIE I de 2007-11-06
* Decreto-Lei n.º 373/2007 - MADRP
* Estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal

OUTROS

• **DR 206 SÉRIE I de 2007-10-25**
Portaria n.º 1398/2007 - MADRP
Altera o Regulamento da Pesca no Rio Sado, aprovado pela Portaria n.º 562/90, de 19 de Julho

• **DR 208 SÉRIE I de 2007-10-29**
Decreto-Lei n.º 354/2007
Ministério da Economia e da Inovação
Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.
Decreto-Lei n.º 356/2007
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P. (INRB, I. P.)

• **DR 211 SÉRIE I de 2007-11-02**
Decreto-Lei n.º 365/2007 - MADRP
Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/142/CE, da Comissão, de 22 de Dezembro, que altera o anexo III-A da Directiva n.º 2000/13/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabeleceu a lista dos ingredientes que devem ser mencionados, em todas as situações, na rotulagem dos géneros alimentícios

• **DR 224 SÉRIE I de 2007-11-21**
Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2007/A – RAA - PG
Regulamenta o processo de reconhecimento e acompanhamento dos projectos de interesse regional (PIR)

• **DR 229 SÉRIE I de 2007-11-28**
Decreto-Lei n.º 387/2007 - MADRP
Cria o Fundo de Compensação destinado a suportar eventuais danos, de natureza económica, derivados da contaminação acidental do cultivo de variedades geneticamente modificadas

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

País (In)Sustentável: Ambiente e Qualidade de Vida

UM LIVRO DE LUÍSA SCHMIDT

Trata-se de uma obra que apresenta uma visão crítica da realidade portuguesa ao nível do ambiente, do ordenamento do território e da qualidade de vida.

A autora põe o dedo nas feridas, sem olhar a quem, e denuncia, sem medo, os atropelos, as vigarices e os atentados ao ambiente.

Temas e problemas que se discutem neste livro ...

Alterações Climáticas; Desenvolvimento Sustentável; Agricultura; Saneamento Básico; Áreas (Des)Protegidas; Cidades, Polis e Qualidade de Vida; Lisboa: Capital e Subúrbios.

... e alguns dos títulos e subtítulos que aqui vai encontrar:

Tóxico-desordenamento territorial; Eficiência energética terceiro-mundista; Novela trágico-cómica da conservação da natureza; Medalha de ouro: desigualdade e analfabetismo; À pressa, às cegas e à portuguesa; O crime compensa; O Game Boy dos governantes; Os "PINotes" de Sócrates; O massacre das árvores; Um nojo transformado em pitéu; Al(g)arvidades; Patos bravos, autarcas e partidos…

cartoon

Muitas dúvidas pairam sobre a verdadeira necessidade de se avançar com um plano para a construção de 10 novas barragens hidroeléctricas, Os benefícios compensarão os fortíssimos impactes detectados A Quercus considera que não e já apresentou as suas razões. Triste energia esta que nos é transmitida pelos nosso governo...

internet Links

A **bolinha azul** um blogdedicado à divulgação e conservação da Natureza.
http://www.abolinhaazul.blogspot.com/

A **Associação Reviravolta** é uma associação de âmbito local, sem fins lucrativos, criada em 2000 com o objectivo de promover o Comércio Justo e Solidário.
http://www.reviravolta.comercio-justo.org/

A **Liga para a Protecção da Natureza** (LPN) é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), fundada em 1984, sendo a associação de defesa do ambiente mais antiga na península ibérica. É uma Associação sem fins lucrativos com estatuto de Utilidade Pública. Tem como objectivo principal contribuir para a conservação do património natural, da diversidade das espécies e dos ecossistemas.
http://www.lpn.pt/

A **Quercus** - Associação Nacional de Conservação da Natureza, foi fundada a 31 de Outubro de 1985. É uma associação independente, apartidária, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais e na Defesa do Ambiente em geral, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado.
http://www.quercus.pt

Conselho ambiental

Pequenas quantidades de resíduos perigosos

Ainda que normalmente tenhamos a ideia que só as indústrias é que produzem resíduos perigosos, mesmo sem nos apercebermos, em nossas casas também os produzimos, ainda que, normalmente, em pequena quantidade.

O facto de serem em pequena quantidade acaba por dificultar o seu tratamento, uma vez que se torna difícil estruturar sistemas de recolha e tratamento, acabando muitas vezes por irem parar aos resíduos comuns com o risco de contaminarem as águas e o solo (e mesmo o ar).

Para os descobrirmos em nossa casa devemos olhar para os locais onde guardamos insecticidas, herbicidas, vernizes, tintas, diluentes, solventes, colas, ácidos, ou para os equipamentos que utilizam pilhas ou baterias, ou para a nossa iluminação, procurando, nomeadamente, as lâmpadas fluorescentes.

Em termos de soluções para este problema, a melhor passa sempre pela prevenção, ou seja, por:

►Evitar o uso de insecticidas ou herbicidas;
►Utilizar produtos de limpeza pouco tóxicos;
►Se precisa de pintar algo ou de usar diluentes e solventes comprar apenas as quantidades de que irá necessitar; aconselhar-se com o fabricante ou vendedor de forma a não gastar mais dinheiro do que o necessário e a não ficar com o problema de ter que guardar ou dar um destino correcto aos restos não utilizados;
►Procurar utilizar tintas ecológicas ou pelo menos à base de água (sem solventes), por exemplo, procurando tintas com o rótulo ecológico europeu;
►Evitar usar solventes, colas, e ácidos;
►Utilizar pilhas recarregáveis.

Se já temos o problema e como estamos a falar de resíduos muito diversificados, o ideal é nos informarmos junto da nossa autarquia ou do nosso sistema de gestão de resíduos onde devemos colocá-los.

Se para alguns há soluções já implementadas no terreno, como é o caso das pilhas, há muitos outros casos onde tal não acontece e é muito importante que ao nos desfazermos destes materiais tenhamos o cuidado de garantir que não irão ter um impacto negativo, por exemplo, na saúde das pessoas que diariamente cuidam dos nossos resíduos.

Em suma:

►Insecticidas, herbicidas – utilizar o sistema Valorfito (Sistema de Gestão de Embalagens de produtos fito-farmacêuticos);
►Tintas e vernizes, diluentes, solventes – entregar nos ecocentros;
►Pilhas – utilizar os pilhões espalhados pelo país e mudar para pilhas recarregáveis;
►Lâmpadas fluorescentes – entregar na compra de uma nova;
►Ácidos – entregar nos ecocentros.

Só assim poderemos garantir que esses químicos perigosos não irão poluir o ambiente e não acabarão nos nossos alimentos e na água que consumimos.

SUSANA FONSECA

XIII Olimpíadas do Ambiente 2007-2008

As XIII Olimpíadas do Ambiente (OA) são um concurso de problemas e questões dirigido aos alunos do 7º ao 12º ano de escolaridade do ensino diurno e nocturno de escolas públicas, privadas ou do ensino cooperativo no território nacional, incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Nota retificativa ao jornal Quercus Ambiente 26

Na edição n.º 26, no artigo "Energias Renováveis – o seu estado de desenvolvimento", da página 16 e 17 do jornal Quercus Ambiente, o autor Manuel Trindade fala sobre a energia solar fotovoltáica, mencionando a empresa Aosol como "empresa nacional com mais projecção nesta área". No entanto, queremos rectificar que a Aosol é somente produtora e instaladora de sistemas solares térmicos, uma tecnologia muito diferente da fotovoltáica, cuja maior e mais antiga empresa nacional nesta área é a FFsolar.

EARTH CONDOMINIUM
A NEW JURIDIC CONCEPT FOR THE PLANET

A TERRA É UM IMENSO
Condomínio
EM BREVE VAI PODER
CUIDAR CONNOSCO DAS
PARTES COMUNS!

"Só na prossecução do interesse comum, poderemos garantir a cada um o seu direito"
Emannuel Kant

saiba mais em *www.earth-condominium.com*

Quercus

Assembleia do Núcleo Regional de Vila Real

Dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 17:30 horas, na sede do núcleo no Bairro da Araucária, bloco G, cave 7, Vila Real

Nos Termos Estatutários convocam-se os sócios do Núcleo Regional de Vila Real da Quercus para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 17:30 horas, na sede do núcleo no Bairro da Araucária, bloco G, cave 7, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Relatório de actividades e contas do ano de 2007;
2- Resultado do inquérito às percepções ambientais da população;
3- Plano de actividades para 2008;
4- Outros assuntos.
Caso não se encontrem mais de metade dos sócios com direito a voto, à hora marcada, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, pelas 18:o0 horas, com qualquer número de sócios.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2008
O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

Assembleia do Núcleo Regional do Litoral Alentejano

Dia 1 de Março de 2008, pelas 15.00 horas, no salão polivalente da sede do Núcleo, ao Moínho Novo da Galiza, em Santo André.

Nos termos estatutários convocam-se os Sócios do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS para reunirem em Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 1 de Março de 2008, pelas 15.00 horas, no salão polivalente da sede do Núcleo, ao Moínho Novo da Galiza, em Santo André, com a seguinte ordem de tabalhos:

1. – Informações aos sócios sobre as actividades do Núcleo em 2007;
2. – Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas/2007;
3. – Apreciação e votação do Plano de Actividades/2008;
4. – Apreciação e votação do orçamento/2008.

Caso não se encontrem presentes mais de metade dos sócios com direito a voto, á hora marcada, a Assembleia reunirá 30 minutos depois, pelas 15h. 30m., com qualquer número de sócios.

Lisboa, 2 de Janeiro de 2008

O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

Assembleia-Geral Ordinária da Quercus

Lisboa, 29 de Março de 2008, às 13:00.

De acordo com os Artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião ordinária da Assembleia-Geral, a realizar sede social, situada no Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, no dia 29 de Março de 2008 (Sábado), com início às 13:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apreciar e votar o relatório de actividades, balanço e contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2007;
2 – Apreciar e votar o plano de actividades e o orçamento para o exercício de 2008;
3 – Eleger o Presidente do Conselho Fiscal de acordo com o n.º 5 do Art.º 15.º dos Estatutos;
4 – Eleger o Secretário da Direcção Nacional de acordo com o n.º 5 do Art.º 15.º dos Estatutos;
5 – Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Associação.
De acordo com o n.º 2 do Art.º 19.º, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Coimbra, 21 de Dezembro de 2007
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral,
Maria de Lurdes Cravo

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações). Mais se informa que em 2008 as quotas manterão o mesmo valor de 2007.
Para qualquer esclarecimento contactar ***Gestão de Sócios através do e-mail:*** *gestaosocios@quercus.pt*

Mecenas:

HONDA The Power of Dreams
bp
Águas de Portugal
Briso
vodafone
Labesfal Genéricos Pela Nossa Saúde

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Estado / Nº Sócio
Núcleo / Data

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura
QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS
Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Apartado 4333 • 1503-003 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente: jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt

Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes

Colaboraram neste número: ADEGA, Andreia Gama, Carmen Lima, Centro de Informação de Resíduos (CIR), Direcção Nacional da Quercus, GREENPEACE, Gonçalo Elias, Helder Spínola, Idalina Perestrelo, Joaquim Teodósio, José Paulo Martins, Manuel Trindade, Núcleo Regional da Madeira da Quercus, Paulo Lucas, Plataforma Vizinhal de Corrubedo, Sandra Oliveira, Sara Campos, SPEA Life Priolo, Sofia Vilarigues, Susana Fonseca, Tiago Mateus, Zoomarine.

Fotografia Capa: Pedro Monteiro, Idalina Perestrelo

Fotos: Aline Delgado, Domingos Patacho, Francisco Ferreira, Gonçalo Elias, Helder Spínola, Idalina Perestrelo, José Janela, José Paulo Martins, L. Fernandes, Nuno Sequeira, Paulo Magalhães, Pedro Monteiro, SPEA Life Priolo, Zoomarine.

Cartoons: Rui Pedro

Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

HONDA GENUINE OIL

Consumo combinado de combustível (L/100 km): 4,6; emissões de CO_2 (g/km): 109.

HONDA
The Power of Dreams

FischerPortugal

Enquanto você poupa combustível,
ele poupa o planeta. Inteligente, não?

CIVIC

HONDA CIVIC HÍBRIDO.

É o automóvel híbrido mais vendido em Portugal. Os seus dois motores, um a gasolina e outro eléctrico, compensam-se entre si proporcionando mais potência e menos consumo. Quer um exemplo? Quando pára o automóvel num sinal luminoso, o motor desliga-se automaticamente, economizando combustível e reduzindo as emissões de CO_2. Inteligente, não?
Está na hora de ter um híbrido. Está na hora de ter um Honda. P.V.P.: a partir de €22.100.

www.honda.pt